

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA
DO RIO DE JANEIRO



Paula Petrelli de Abreu

**Adolescentes em acolhimento
institucional: o processo de saída**

Dissertação de Mestrado

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre pelo Programa de Pós-graduação em Psicologia (Psicologia Clínica) do Departamento de Psicologia da PUC-Rio.

Orientadora: Profa. Lidia Levy de Alvarenga

Rio de Janeiro
Março de 2016



Paula Petrelli de Abreu

**Adolescentes em acolhimento
institucional: o processo de saída**

Dissertação apresentada como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre pelo programa de Pós-graduação em Psicologia (Psicologia Clínica) do Departamento de Psicologia do Centro de Teologia e Ciências Humanas da PUC-Rio. Aprovada pela Comissão Examinadora abaixo assinada.

Prof. Lidia Levy de Alvarenga

Orientadora

Departamento de Psicologia – PUC Rio

Prof. Maria Inês Bittencourt

Departamento de Psicologia – PUC-Rio

Eliana Olinda

Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro

Professora Denise Berruezo Portinari

Coordenadora Setorial de Pós-Graduação e
Pesquisa do Centro de Teologia e Ciências
Humanas da PUC-Rio

Rio de Janeiro, 30 de março de 2016

Todos os direitos autorais reservados. É proibida a reprodução parcial ou total do trabalho sem a autorização da universidade, da orientadora e da autora.

Paula Petrelli de Abreu

Psicóloga graduada pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), especialista em psicanálise da infância e da adolescência pelo Serviço de Psiquiatria da Infância e da Adolescência do Instituto de Psiquiatria da Universidade Federal do Rio de Janeiro (SPIA-IPUB/UFRJ). Estagiou em instituição de acolhimento enquanto parte do Serviço de Psicologia Aplicada (SPA/PUC-Rio) da graduação. Psicóloga do Departamento Geral de Ações Socioeducativas (NOVO DEGASE).

Ficha Catalográfica

Abreu, Paula Petrelli de

Adolescentes em acolhimento institucional: o processo de saída / Paula Petrelli de Abreu; orientadora: Lidia Levy de Alvarenga. – 2016.

85 f.; 30 cm

Dissertação (mestrado) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Psicologia, 2016.

Inclui bibliografia

1. Psicologia – Teses. 2. Desligamento institucional. 3. Adolescente. 4. Vínculo. 5. Autonomia. 6. Luto. I. Alvarenga, Lidia Levy de. II. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Departamento de Psicologia. III. Título.

CDD: 150

Agradecimentos

A minha orientadora, Professora Lidia Levy de Alvarenga, pelo estímulo e parceria para a realização deste trabalho.

Ao CNPq e à PUC-Rio, pelos auxílios concedidos, sem os quais este trabalho não poderia ter sido realizado.

A minha mãe, por compreender os caminhos que decidi percorrer.

Aos meus colegas da PUC-Rio, SPIA-IPUB/UFRJ e NOVO DEGASE, e a todos os outros cujos caminhos se encontraram com o meu e com quem as trocas permitiram o crescimento profissional.

Aos professores que participaram da Comissão examinadora.

A todos os professores e funcionários do Departamento pelos ensinamentos e pela ajuda.

A todos os amigos e familiares que de uma forma ou de outra me estimularam ou me ajudaram.

A todos os adolescentes e jovens que atendi e acompanhei ao longo de minha formação e exercício profissional, com quem construí o maior aprendizado.

Resumo

Abreu, Paula Petrelli de; Alvarenga, Lidia Levy de. **Adolescentes em acolhimento institucional: o processo de saída.** Rio de Janeiro, 2016. 85 p. Dissertação de Mestrado - Departamento de Psicologia, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

Partindo do referencial teórico da psicanálise, o presente estudo busca identificar as principais questões mobilizadas no processo de desligamento de adolescentes acolhidos institucionalmente que estão prestes a atingir a maioridade legal. Através de pesquisa bibliográfica, procurou-se compreender quais as principais angústias e inseguranças mobilizadas neste período. Realizou-se breve revisão da construção histórica e social do acolhimento institucional no Brasil e uma análise das políticas atuais e do contexto familiar e socioeconômico da criança e do adolescente encaminhados para os serviços. Foram discutidas as possibilidades de subjetivação e de construção do sentimento de pertencimento dentro da instituição, assim como a formação do vínculo existente entre o adolescente e esse espaço. A adolescência foi abordada através da perspectiva winnicottiana, considerando-se o momento de transição e de transformação que ela representa e a condição de vulnerabilidade social presente no grupo estudado. Compreendendo como fundamental a realização de um trabalho de luto diante de mais um rompimento de vínculos, repetindo suas histórias anteriores, foram levantadas propostas de intervenção que auxiliem o adolescente a realizar um atravessamento desse processo. Verificou-se que, para além da profissionalização e da promoção de moradia, a oportunidade de criação de espaços onde os adolescentes possam narrar suas próprias histórias se apresenta como recurso necessário para que venham a se apropriar delas. Com isso, pretende-se que tenham a oportunidade de construir outros caminhos e não permaneçam presos apenas à repetição da história pessoal e familiar anterior.

Palavras-chave

Desligamento institucional; adolescência; vínculo; autonomia; luto; narrativa.

Abstract

Abreu, Paula Petrelli de; Alvarenga, Lidia Levy de (Advisor). **Teenagers in institutional care: the process of exit.** Rio de Janeiro, 2016. 85 p. MSc. Dissertation - Departamento de Psicologia, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

From the psychoanalytical theoretical framework, this study seeks to identify the main issues mobilized in teenagers in process of institutionally exit who are about to reach the age of majority. Through literature, we tried to understand what are the main anxieties and insecurities mobilized during this period. It was held brief review of the historical and social construction of institutional care in Brazil and an analysis of current policies and teenager's family and socioeconomic context. It was discussed the possibilities of subjectivity and construction of the sense of belonging within the institution, as well as the formation of the bond between the teenager and this space. Teenage was study by Winnicott's perspective, considering the time of transition and transformation that it represents and the condition of social vulnerability present in the studied group. Understanding the importance of the realization of a work of mourning before another break ties, repeating their earlier stories, intervention proposals were raised to assist the teenage to carry out a through this process. It was found that, in addition to professional training and housing promotion, the space creating opportunity where teens can tell their own stories is presented as necessary resource to come to appropriate them. Thus, it is intended to have the opportunity to build other roads and do not remain stuck only to repeat previous personal history and family.

Keywords

Institutional shutdown; adolescence; bond; autonomy; mourning; narrative.

Sumário

1. Introdução	8
2. Contexto histórico e atual do acolhimento institucional	12
2.1. Breve histórico	12
2.2. Panorama atual	16
2.3. Contexto familiar e socioeconômico	25
3. O que é possível na instituição de acolhimento	30
3.1. Instituição como organizadora	30
3.2. As dificuldades do/no espaço institucional	32
3.3. Vínculo e cuidado	39
3.4. Proteção e pertencimento	46
4. Entrar na vida adulta	52
4.1. Riscos e vulnerabilidade social	52
4.2. Autonomia e adolescência	57
5. Poder seguir adiante	63
5.1. O luto	63
5.2. Poder contar sua história	68
6. Considerações finais	77
7. Referências bibliográficas	80

1.

INTRODUÇÃO:

O acolhimento institucional de crianças e adolescentes é um fenômeno construído historicamente que ainda se mantém presente na sociedade e nas políticas públicas em geral. São diversos os impasses presentes neste contexto: dificuldades em realizar o acompanhamento familiar; separação de irmãos; profissionais reduzidos e de pouco preparo; excessiva transferência de crianças; longo tempo de permanência na instituição; articulação insuficiente ou ausente com a rede. Embora todas sejam questões de grande relevância, dentre elas chama a atenção, pela sua urgência e complexidade, a situação dos adolescentes que vivem na instituição de acolhimento até atingirem a idade adulta.

Ao contrário do que determina o Estatuto da Criança e Adolescente (ECA) (Lei nº 8.069 de 13 de julho de 1990, BRASIL), o acolhimento institucional nem sempre se dá de forma passageira e transitória. Crianças e adolescentes ainda costumam permanecer nesses locais por um tempo bem mais prolongado que os dois anos previstos em lei. Isso porque este ainda é um dos principais recursos utilizados como tentativa de proteção de crianças em situação de vulnerabilidade social, perpetuando a prática de seu afastamento familiar. Assim, o que deveria ser um espaço de passagem transforma-se, para alguns, em moradia e território de referência para o cotidiano e para a construção de suas identidades.

No entanto, a legislação (ECA, BRASIL, 1990) também prevê que, ao completarem 18 anos, aqueles que estão acolhidos devem ser desligados das instituições. À medida que o tempo passa, diminuem as possibilidades de retorno e recuperação dos vínculos familiares ou de adoção, enquanto cresce a certeza, para o adolescente, que seu destino será sair da instituição no tempo limite estipulado por lei, com reduzidos vínculos familiares e comunitários.

Sem um trabalho adequado de preparação para o momento posterior ao acolhimento, o que se configura é uma proteção também incerta que não proporciona segurança alguma em relação ao futuro: serão indivíduos “incluídos” de modo perverso na sociedade, com alto risco de retornarem à condição de desamparo social anterior – condição esta que, justamente, motivou o afastamento da família.

Será preciso enfrentar a vida adulta muito mais cedo que a maioria dos adolescentes de sua geração, lidando com responsabilidades e demandas para as quais nem sempre estão preparados. Para assumir esse lugar de adulto diante do mundo, é importante contar com uma base de suportes afetivos e materiais aos quais, em sua maioria, não têm acesso. A saída do abrigo, que ao longo de suas estadias lhes ofereceu algum cuidado e proteção, ainda que precários, apresenta-se como uma nova ruptura de vínculos, reforçando as experiências anteriores de descontinuidade. É um período de transição tanto pelo desligamento institucional quanto pelas características da própria adolescência. Ambos os momentos são fontes de angústia, o que se intensifica pela simultaneidade das mudanças que cada experiência provoca.

Cada um desses adolescentes possui sua história singular, mas eles têm em comum trajetórias marcadas pelo abandono, desamparo, ruptura dos vínculos afetivos, descontinuidade de referências, violência, marginalidade, precariedade social e, muitas vezes, a miséria. E, em função desse contexto, foram institucionalizados.

O interesse pelo tema surgiu a partir da experiência em projetos de acompanhamento de adolescentes institucionalizados. Todos estavam prestes a completar 18 anos e, portanto, seriam desligados dos serviços. O objetivo da intervenção era auxiliá-los no processo de saída, acolhendo e trabalhando suas angústias, receios e histórias de vida, a fim de promover a mobilização de recursos para enfrentar os novos contextos com os quais iriam se deparar.

Com intuito de melhor preparação para realizar o acompanhamento na época, procurou-se estudar mais a fundo o tema por meio da bibliografia disponível sobre esta questão específica dentro do tema acolhimento institucional, e foi possível constatar o quanto esta era escassa. São comuns discussões sobre a criança abrigada e as possibilidades e dificuldades em seu desenvolvimento, sobre o processo de adoção e suas diversas configurações, sobre as dificuldades da reinserção familiar, sobre o contexto que motivou o acolhimento, entre outros, mas pouco se discute sobre o desacolhimento por maioridade.

O “Relatório da Infância e Juventude – Resolução nº 71/2011: Um olhar mais atento aos serviços de acolhimento de crianças e adolescentes no País”, realizado pelo Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP, 2013), constatou que esta é uma preocupação que tem ganhado espaço relevante nas ações

promovidas pelas entidades. Os resultados das inspeções realizadas pelo CNPM mostram que o desligamento gradativo já é promovido em mais de 80% das entidades em todo o país, o que aponta um avanço bastante positivo para a questão. Além disso, os modelos atuais de acolhimento têm ações voltadas para a profissionalização em cerca de 60% das entidades inspecionadas. Deste modo, é com a profissionalização e, portanto, com o acesso a elementos materiais, a principal preocupação e objetivo dos trabalhos realizados.

Sem minimizar a imperiosa necessidade de promover tais recursos, é preciso lembrar que a construção de vínculos afetivos, de referências simbólicas e identitárias e do sentimento de pertencimento também se apresentam como necessários para a inserção na sociedade. São pontos de apoio subjetivos que possibilitam a construção de sentidos sobre si e suas histórias, assim como a articulação de experiências passadas com a vivência presente e expectativas futuras.

Verificamos a relevância de levantar algumas questões sobre as marcas deixadas nos adolescentes que se encontram atravessando esse processo e, a partir disso, levando em consideração as condições das entidades e a falta de recursos (financeiros, humanos e mesmo comunitários e da rede), propor possibilidades de trabalho que promovam recursos subjetivos, afetivos e simbólicos para que as trajetórias futuras possam ser construídas para além da mera sobrevivência física e da inserção precária em sociedade. Com isso, espera-se que eles possam criar sentidos sobre o momento vivido e suas experiências passadas, de modo a se sentirem mais preparados para enfrentar a vida fora da instituição.

Iniciamos o presente estudo localizando brevemente a construção histórica e social do acolhimento institucional no Brasil e suas políticas atuais. Também procuramos traçar um panorama sobre a conjuntura familiar e socioeconômica que integra o perfil da criança e do adolescente acolhido.

No segundo capítulo são abordadas as possibilidades de cuidado e de subjetivação dentro de um abrigo institucional ou de casa-lar, não incluindo os adolescentes inseridos no sistema de acolhimento familiar. Foram valorizados os vínculos existentes entre as crianças, os adolescentes e os funcionários, e com o lugar em si, que a princípio é físico, mas abriga significações diversas. São relações que podem se constituir como referencial subjetivo e afetivo, e se contrapõem às possíveis inseguranças mobilizadas pela experiência de atravessar a adolescência fora do ambiente doméstico e familiar. Foram trabalhadas questões como: a

importância do ambiente para a construção da subjetividade; o potencial da instituição enquanto facilitadora do desenvolvimento, de exercício das funções de cuidado e o que o lugar representa para os adolescentes que nele habitam. Também foram apontados os diversos obstáculos presentes, como conflitos e rupturas dentro da própria instituição e quais os recursos para contorná-los.

No terceiro capítulo são abordadas questões acerca dos adolescentes diante da condição de vulnerabilidade social e os meios de que a instituição dispõe para protegê-los. Portanto, discute-se a importância da profissionalização e o sentimento de marginalidade que permeia suas histórias de modo geral. Utilizamos o referencial winnicottiano para compreender as particularidades dessa fase e as angústias provocadas pela entrada na vida adulta.

Por último, destacam-se os principais afetos mobilizados no processo de desinstitucionalização. Partindo do pressuposto de que essa passagem implica mais um rompimento de vínculo, reatualizando questões antigas e não elaboradas e mobilizando angústias em função do desconhecido que se apresenta, procurou-se levantar propostas de trabalho que auxiliem o adolescente a atravessar esse momento, elaborando o que foi vivenciado e realizando o luto por mais uma ruptura. Finalmente, é abordada a importância de narrar a própria história como recurso para se apropriar dela e, com isso, poder reconstruí-la para além da vida na instituição.

2.

CONTEXTO HISTÓRICO E ATUAL DO ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL:

2.1.

BREVE HISTORICO

Ao longo da história brasileira, o acolhimento institucional tem sido uma das principais soluções empregadas pelo Estado para abordar a questão da infância e da pobreza. Até a implantação do ECA (BRASIL, 1990), as legislações dirigidas a esse público foram as duas versões dos Códigos de Menores, de 1927 e de 1979. Apesar de algumas diferenças entre si, ambas eram embasadas na Doutrina da Situação Irregular, que se dirigia a crianças e aos adolescentes em condição de pobreza estivessem eles em situação de abandono ou tivessem cometido alguma infração e fossem considerados delinquentes e pervertidos. Havia uma intervenção a ser realizada sobre o “menor”, que se diferenciava do conceito de criança e adolescente, pois carregava consigo os rótulos da pobreza e do desvio social.

Tal abordagem estava construída em consonância com a perspectiva higienista, cuja proposta era o saneamento e a limpeza social, e na qual tanto as fragilidades socioeconômicas quanto o descumprimento das leis eram tratados como situações semelhantes (SANTOS, 2004). As políticas direcionadas à infância eram pautadas em grandes sistemas de internação com características de instituições totais, onde os internos realizavam todas as suas atividades. O tratamento oferecido tinha dois vieses: o primeiro dizia respeito à defesa do “menor abandonado”; o segundo tinha por foco defender a sociedade desse mesmo “menor”, que também era percebido como delincente em potencial e, portanto, oferecia perigo à população (AIRES E cols., 2010).

Durante a época do Império, as crianças e os adolescentes pobres, quando não estavam envolvidos com atos ilícitos, eram tidos como objeto de tratamento por parte da Igreja, que possuía forte influência sobre as decisões do Estado e cujas ações tinham cunho caritativo. O paradigma vigente era o dos “órfãos e expostos

da roda”, dispositivo originário da Idade Média que no Brasil se firmou durante a época da Colônia, e que permitia a colocação de uma criança dentro de uma abertura no muro das instituições sem que as pessoas que as estivessem deixando fossem identificadas. Sua finalidade, segundo Santos (2004), era preservar a reputação das famílias e mulheres, assim como evitar a morte dos filhos bastardos e ilegítimos que poderia ser provocada pelas mães, a fim de proteger sua própria honra. Mesmo assim, muitos bebês faleciam antes mesmo de completarem um ano, em função de maus-tratos ocorridos dentro das próprias instituições responsáveis pelos cuidados.

Evidenciava-se uma aliança entre a Justiça e a Igreja, na qual os infratores eram destinados à primeira, e os pobres, na ausência ou inexistência de autoridade parental, à segunda. Havia uma distinção entre o “menor” e a criança, que foi construída em prol de oferecer mão de obra para a economia e era definida principalmente a partir da origem socioeconômica. Valores morais relacionados ao trabalho permeavam as intervenções dirigidas às famílias pobres, a fim de transformar seus membros em trabalhadores produtivos. Associado a tal objetivo, também se visava a tirá-los de circulação do espaço público, pois sua presença era associada à vadiagem. O argumento apresentado como solução para essas questões, portanto, era o do recolhimento dos “menores” em depósitos especializados.

Mais recentemente, com o *Golpe Militar*, em 1964, a discussão sobre crianças e adolescentes em situação de pobreza é alçada a uma questão de segurança pública, mantendo-se a afirmação de que eles poderiam oferecer riscos à população. As medidas adotadas pelo Estado foram direcionadas à “conduta antissocial”, que, mantendo o paradigma anterior, estavam relacionadas a comportamentos considerados criminosos ou imorais.

No mesmo ano, surge o primeiro Código de Menores e é criada a Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor (FUNABEM), instituição para onde crianças e os adolescentes em “situação irregular” seriam recolhidos. Posteriormente, em 1979, surge o segundo Código de Menores, ainda pautado na Doutrina da Situação Irregular, que defendia a precariedade material como motivo suficiente para a realização de intervenções estatais nas famílias e para a cassação do *pátrio poder*. Criavam-se instrumentos para que o Estado pudesse se introduzir nas famílias e, assim, controlá-las.

No contexto desta discussão é importante estar claro que o conceito de família, tal como é conhecido atualmente, é também uma construção social e

histórica. Esta nem sempre foi atravessada e definida por relações de afeto, como é comum se acreditar hoje em dia. Pelo contrário, foi sendo moldada aos poucos de acordo com as exigências do contexto ocidental.

Philippe Ariés (1981) mostra que a importância do núcleo familiar foi crescendo (principalmente entre os séculos XVI e XVII) a partir da necessidade de associar a educação com a inscrição no espaço social. Até então, era muito comum que os filhos fossem entregues a outros lares a fim de que lhes pudessem ser ensinados determinados ofícios, principalmente os domésticos, considerados de grande importância. Como consequência da indistinção entre vida particular e profissão, as aprendizagens eram confundidas com a educação formal. A instrução da criança e os saberes e conhecimentos adquiridos por ela se davam através da prática e do convívio com os adultos, que também contribuía para a convivência comum de gerações diferentes.

A mudança nessa realidade acompanhou a transformação da função da escola, que, a partir do século XV, passa a ser instrumento moral não só de educação, mas também de inserção no espaço social e de passagem do estado infantil para o adulto. Havia o anseio de distanciar a criança das tentações dos adultos, assim como uma crescente preocupação dos pais em vigiar os filhos mais de perto. Com isso, se aproximaram os sentimentos de família e de infância, já que se intensificou o convívio entre seus membros. Não obstante, até que se consolidasse a estrutura familiar de acordo com os parâmetros modernos e atuais, as preocupações e cuidados que os pais dirigiam a seus filhos decorriam da contribuição que eles poderiam trazer ao próprio grupo e ao bem da comunidade. A existência da família era motivada mais por necessidades e obrigações morais e sociais que pelo valor sentimental que poderia acarretar.

De modo semelhante às transformações nas legislações e nas instituições em geral, a psicologia científica e suas afirmações e propostas, por sua vez, também foram sendo alteradas de acordo com as demandas do contexto político e social vigente. No início do século XX, ela estava vinculada às demandas morais e normalizantes descritas anteriormente, que distinguiam entre o “normal” e o desviante, paradigma que também repercutiu em outras áreas do saber como a medicina e a pedagogia (SANTOS, 2004).

Foi utilizada a justificativa da “defesa da criança” para que o ingresso da psicologia na esfera familiar fosse legitimado e se constituísse em instrumento de

controle da minoridade. Tal discurso foi usado de modo ideológico pelo Poder Público, que desenvolveu políticas paternalistas com foco na contenção e no controle social da população mais pobre, tratando com descaso a preservação de seus vínculos. As famílias em situação de pobreza eram desqualificadas e tratadas como incapazes de cuidar de seus filhos, o que deu sustentação ideológica e científica para a prática de suspensão, ou mesmo de destituição, do poder familiar.

Foi sendo construído um sistema de proteção e assistência que permitia que qualquer criança em condição de pobreza fosse enquadrada sob a ação da Justiça e da assistência. Utilizando-se dos argumentos de que a institucionalização era sinônimo de proteção, tais sistemas confinavam crianças e adolescentes em grandes instituições totais (BRASIL, 2009).

Apesar disso, o discurso “psi”, usado até então como forma de capturar e adestrar os “menores”, se modificou ao longo do século XX e passou a revestir as famílias com sua autoridade e a defender a internação e a institucionalização apenas como último recurso. Ao longo dos anos, o aumento das desigualdades sociais provocou a urgência de uma revisão nos paradigmas assistenciais já cristalizados na sociedade, principalmente diante da complexidade e multiplicidade dos vínculos familiares hoje existentes.

Acompanhando essa lógica, até os anos 1980, as políticas públicas dirigidas à juventude estavam fundamentadas em propostas de caráter tutelar: buscava-se adequar seu comportamento aos parâmetros de normalidade, ou visava-se à prestação de serviços a esse público, procurando promover sua inserção nas escolas e a colocação sob a guarda da família ou do Estado (CASTRO; ABRAMOVAY, 2002). Já se pretendia a proteção da adolescência, mas os adolescentes ainda não eram reconhecidos como sujeitos de fato, pois não eram considerados, enquanto participantes, na construção de tais projetos.

Arpini (2003) e Siqueira (2006) relatam que, em função do histórico apresentado, pesquisas e estudos realizados sobre o acolhimento institucional abordavam as instituições como espaços produtores de violências e desumanizações. Enfatizavam-se os possíveis danos cognitivos, afetivos e sociais que o processo poderia proporcionar, caracterizando crianças e adolescentes de modo negativo. Tais prejuízos seriam consequência de um histórico de vida marcado por privações e violências diversas, dentro e fora do local. Nesse modelo, historicamente construído, não haveria saída positiva para os internos que por ali

passavam. Contudo, a literatura vem apresentando, ao longo do tempo, uma evolução de perspectiva. Foi observado que mudanças nas práticas relacionadas aos cuidados poderiam propiciar um ambiente adequado, de modo que também se tornou possível compreender a passagem por esses locais como proporcionadora de um desenvolvimento saudável.

2.2.

PANORAMA ATUAL

A evolução da legislação brasileira dirigida à infância e a adolescência acompanhou, na verdade, a evolução de diversas regras do quadro internacional, principalmente no que diz respeito às resoluções das Nações Unidas. Muitas das orientações preconizadas no ECA (1990) e em outras leis estão também presentes em normas internacionais, como, por exemplo, a designação de crianças e adolescentes enquanto sujeitos de direito e a prioridade de mantê-los em seu meio de origem. Também é comum o entendimento do fenômeno da violência intrafamiliar como estando além das limitações socioeconômicas, havendo uma preocupação em não se confundir a criança que sofre maus-tratos com a criança “carente”, cuja família se encontra em dificuldades de diversas ordens (LAHALLE, 2010).

A partir dessa lógica, a da proteção integral, a criança e o adolescente passaram a ser vistos como sujeitos de direitos, um deles sendo a convivência familiar e comunitária. Reconhecê-los enquanto tais possui um sentido político, na tentativa de diminuir as diferenças entre os segmentos sociais e atenuar as discriminações dirigidas às crianças e adolescentes das classes desfavorecidas. O propósito das mudanças legislativas, principalmente com o estabelecimento do ECA (1990), foi a construção de novos paradigmas e, com isso, também de novas práticas (GONSALVES; GARCIA, 2007).

De acordo com o previsto em lei, o sistema de acolhimento institucional atual tem como proposta uma articulação com as redes assistenciais disponíveis, com objetivo de reintegrar crianças e adolescentes às famílias de origem ou, caso a primeira opção não seja possível, colocá-los em família substituta. Os serviços

passaram a ser considerados medidas protetivas, sob caráter excepcional e provisório. O encaminhamento deve ocorrer apenas quando todos os recursos que visem à manutenção na família de origem estiverem esgotados e não deve ser motivado apenas pela carência de recursos socioeconômicos. É uma tentativa de romper com a cultura de afastamento da criança e do adolescente do núcleo de origem frente a qualquer situação de vulnerabilidade social, risco ou pobreza. Em casos de violência praticada por familiar ou responsável, por exemplo, é o agressor quem pode ser afastado da moradia comum.

Outra propriedade atual dos serviços de acolhimento que também surgiu como tentativa de reconstruir os paradigmas conceituais acerca do atendimento, sendo também uma reformulação das práticas, é a sua transitoriedade, prevista no artigo nº 101, §1º do ECA (BRASIL, 1990). A partir dessa proposta há uma busca por contrapor e reparar o passado recente de isolamento de crianças e adolescentes enclausurados na instituição.

É uma questão que se apresenta como inerente às entidades de acolhimento, pois, mesmo que a estadia se dê até o fim da adolescência, já está implicado desde o início que a proteção oferecida tem prazo para acabar, independente do desejo do adolescente. Ela é justificada pela provisoriedade da medida, também prevista em lei, a fim de evitar a institucionalização prolongada. Contudo, ambos os termos carregam a conotação de menos valia, levando à compreensão do espaço institucional como inadequado para as funções de cuidado em oposição à da idealização da família nuclear. Com isso, as ações, as relações e o trabalho construídos correm o risco de serem desqualificados e desvalorizados, havendo pouco investimento naquilo que de fato pode ser oferecido. A marca do transitório, por vezes, repercute no comportamento dos envolvidos na instituição, sendo um indutor para que os vínculos estabelecidos sejam breves e superficiais quando a demanda seria, justamente, para que fossem contínuos e facilitassem a elaboração das experiências anteriores.

Percebe-se um paradoxo: por um lado, o desenvolvimento saudável necessita da construção de vínculos e de um ambiente seguro que permita a continuidade das experiências e relações; por outro, a permanência por tempo prolongado distancia o indivíduo da convivência familiar e comunitária, indo de encontro à proposta inicial do novo padrão institucional. Como veremos mais adiante, essa é uma problemática que atravessa a trajetória dos adolescentes

acolhidos, mas que é passível de ser trabalhada e elaborada a fim de que o vínculo e a referência com a instituição possam ser significativos de alguma forma.

Atualmente, além do ECA, têm sido elaborados documentos e normas que visam a estipular parâmetros e regulamentar a situação da infância e da adolescência no Brasil. Em 2009, foi publicado o documento “Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes”, organizado pelo Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) e o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA), com objetivo de organizar e padronizar o funcionamento dos serviços de acolhimento, e oferecer orientações metodológicas para que possam cumprir suas funções protetivas e de restabelecimento de direitos.

Intensifica-se o entendimento das entidades enquanto partes integrantes da rede de proteção. Da mesma forma, reafirma-se seu papel ativo no fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários para o desenvolvimento de potencialidades das crianças e adolescentes atendidos, e para o empoderamento de suas famílias.

São mencionados alguns princípios que devem nortear e estruturar os serviços de acolhimento. O primeiro deles recomenda que o afastamento do convívio familiar seja aplicado apenas em caráter excepcional. Por trazer profundas implicações para todos os seus membros, tal procedimento deve dar-se apenas quando for a opção que represente o melhor interesse da criança e do adolescente, ou a que traga menos prejuízos para seu processo de desenvolvimento. Isso acontece quando for constatado grave risco à sua integridade física ou psíquica, e quando realmente não houver a possibilidade de se realizar uma intervenção junto ao grupo familiar que possa mantê-los com eles.

Para evitar a aplicação da medida, o documento enfatiza a importância da promoção, fortalecimento, emancipação e inclusão social das famílias através de políticas públicas e ações comunitárias: dessa forma, ressalta a necessidade de assegurar-lhes o acesso a serviços públicos de qualidade que potencializem suas condições de oferecer à criança um ambiente favorável e seguro, antes que a hipótese do afastamento seja considerada. Em casos nos quais haja falta ou precariedade de condições de habitação, deve-se recorrer a ações que promovam, para todos os membros, condições adequadas de moradia. No entanto, tais ações e serviços costumam estar apenas na teoria e distantes da prática, o que fragiliza as possibilidades das famílias de proporcionarem os cuidados adequados e culmina no afastamento de crianças e adolescentes. A precariedade dos serviços públicos

repercute também no próprio decorrer do acolhimento institucional, contribuindo para que nem sempre as relações em outros espaços, como na escola, por exemplo, sejam fortalecidas, assim tem efeitos também no momento da saída, visto que a falta de garantias de uma vida autônoma e digna proporcionada pelo aparato estatal mobiliza inseguranças quanto as possibilidades de sobrevivência fora da instituição.

Outro princípio citado aborda a provisoriedade do acolhimento. Inicialmente, a manutenção da criança ou adolescente nos serviços não deve ultrapassar o período máximo de dois anos, e, se isso vier a acontecer, deve ser em caráter excepcional e estar fundamentada em uma avaliação criteriosa realizada pelos diversos órgãos que acompanham o caso. Nesse período estipulado, é preciso tentar viabilizar a reintegração com a família, seja nuclear ou extensa, ou então o encaminhamento para família substituta. Caso o prognóstico do tempo de permanência preveja mais de dois anos, deverá ser encaminhado à Justiça um relatório com base no acompanhamento do caso, tanto do serviço de acolhimento quanto de outros que também prestaram atendimento. Assim, o documento subsidiará a Justiça quanto a melhor alternativa possível.

O terceiro princípio vem reforçar a preservação e o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários, considerados fundamentais para o desenvolvimento humano. Esses são concretizados através das ações cotidianas do serviço, com visitas e encontros tanto com a família quanto com as pessoas de referência da comunidade. Os vínculos originais não devem ser rompidos, a não ser que haja sério risco à integridade da criança. É ressaltada a imperiosa necessidade de se buscar a saída da instituição, visando à reintegração com o núcleo de origem ou o encaminhamento para adoção.

Considera-se, ainda, a garantia do acesso e respeito à diversidade e à não discriminação, assim como a garantia de liberdade de crença e religião. São princípios que garantem a proteção e o combate a qualquer forma de discriminação aos acolhidos. Para que haja inclusão nos atendimentos, o Projeto Político-Pedagógico (PPP) precisa elaborar estratégias para lidar com as demandas específicas. Também é previsto o aprimoramento de estratégias voltadas à preservação da diversidade cultural, valorizando a cultura e as origens do público atendido.

É previsto que o atendimento ofertado seja personalizado e individualizado, com estratégias metodológicas condizentes com os direitos e necessidades físicas, psicológicas ou sociais da criança e do adolescente. Mas, para isso, o acolhimento será dirigido a pequenos grupos e em espaços privados, onde objetos pessoais e registros relacionados a cada criança possam ser guardados, preservando assim sua intimidade e privacidade. Destaca-se a necessidade de respeitar a história e individualidade de cada um de modo a construir condições para a formação de suas identidades.

Por último, mas não menos importante, o documento apresenta como princípio o respeito e estímulo à autonomia, ressaltando que, ao se tratar de adolescentes que se aproximam da maioridade, torna-se ainda mais necessário viabilizar ações que os preparem para a vida autônoma. Estas se dão no direito à escuta e à fala, considerando sua etapa do desenvolvimento, principalmente quando se trata de decisões que irão repercutir sobre sua trajetória. Esta é uma questão essencial neste trabalho que será mais desenvolvida adiante.

Algumas orientações metodológicas são apresentadas para nortear o trabalho nos serviços de acolhimento. Uma delas é a elaboração do Projeto Político Pedagógico (PPP), que visa a orientar o serviço como um todo, tanto em sua organização interna quanto em seu relacionamento com as diversas redes externas. É fundamental que sejam considerados os casos de adolescentes que não retornarão à família de origem nem serão colocados em famílias substitutas, de modo a prepará-los para as futuras responsabilidades, considerando inclusive, as suas formações educacionais e profissionais. É preciso estimular a construção de projetos de vida e o fortalecimento do protagonismo. O apoio continua mesmo depois do desligamento, pois os adolescentes podem ser encaminhados para serviços de Repúblicas, o que facilitará a transição entre o acolhimento e a total autonomia¹.

¹Há que ser ressaltado que quase nenhum Estado do país dispõe desse modelo, inclusive o Rio de Janeiro. Até o ano de 2010 (<http://g1.globo.com/>), os serviços, enquanto parte dos projetos municipais, haviam sido implantados apenas no Estado de São Paulo, e até meados de 2015 havia projetos para as implantações em alguns municípios da Bahia (correio24horas.com.br). Em todos os outros Estados, a solução encontrada costuma ser a organização de repúblicas a partir da iniciativa dos próprios jovens e equipes das instituições, mas não como serviços do município. Outras soluções também encontradas eram o subsídio econômico e a inserção no mercado de trabalho a partir de parcerias com o terceiro setor, ou então o encaminhamento para abrigos destinados a adultos. No entanto, este serviço é direcionado a adultos e famílias em situação de rua, o que configura outro perfil de público, com outras demandas e características, diferente de jovens egressos do acolhimento institucional.

De acordo com os direcionamentos propostos, antes que o acolhimento se concretize, as diversas características da criança e do adolescente e do seu contexto devem ser avaliadas, para que seja identificado o modelo mais adequado às suas necessidades. Para que um serviço seja implantado em determinada região, é preciso um diagnóstico local que verifique a existência ou não de demanda, assim como quais modelos são os mais adequados às necessidades do município. O financiamento deve basear-se na manutenção de sua capacidade e diversidade de atendimento e não no número de vagas ocupadas. A infraestrutura dos serviços já existentes gradativamente deverá ser adequada para o cumprimento das atuais exigências. Entre tais modalidades, destacam-se:

A- Abrigo Institucional

Oferece acolhimento provisório para crianças e adolescentes de 0 a 18 anos. O atendimento deve ser individualizado e em pequenos grupos, com no máximo 20 usuários e devem ser evitadas especializações, como, por exemplo, atendimentos limitados por faixa etária, gênero ou necessidades especiais. Sua organização deve ser semelhante à de uma residência, e sua localização em área residencial, e próxima da comunidade de origem do público atendido, a fim de favorecer o convívio familiar e comunitário.

Para que haja constância e estabilidade nos cuidados, previsibilidade na organização diária, assim como a possibilidade de surgimento de vínculo entre os usuários e os educadores e cuidadores, os últimos precisam trabalhar em turnos fixos, de modo a realizarem sempre as mesmas tarefas.

B- Casa-Lar

É um serviço provisório oferecido em unidades residenciais, que se diferencia do Abrigo Institucional por haver ao menos uma pessoa ou casal trabalhando como educador/cuidador residente, ocupando um lugar de referência afetiva constante. Tal organização visa a estimular o desenvolvimento de relações mais próximas do ambiente familiar, promover hábitos e atitudes de autonomia e de interação social com as pessoas da comunidade. O número máximo de usuários atendidos é de dez. Esse modelo é o mais adequado para grupos de irmãos e para uma perspectiva de acolhimento de médio a longo prazo.

Aproximar-se do ambiente familiar, no entanto, não significa fazer a substituição total desse grupo pela instituição e sim encontrar meios que tornem o espaço passível de ser adequado ao desenvolvimento. Se isso acontecer, há o risco

da falta da família na vida da criança e do adolescente ser negada, o que impede a vivência das suas demandas e a elaboração do afastamento. As possibilidades do trabalho se encontram no estímulo ao desenvolvimento de relações e rotinas mais próximas de tal ambiente, estabelecendo vínculos estáveis entre o educador/cuidador e os indivíduos atendidos.

É essencial que haja uma equipe técnica capacitada, que não seja residente do local, para realizar um acompanhamento constante, evitando que tais confusões se estabeleçam. O próprio documento, Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes (BRASIL, 2009), aponta para a delicadeza e sutileza desta questão ao ressaltar que os cuidadores precisam ter clareza de que seu papel não é o de substituir o lugar e a função dos pais e da família.

C- Família Acolhedora

Formado por famílias cadastradas que devem prestar atendimento em ambiente doméstico, garantindo atenção individualizada, convivência comunitária e a continuidade da socialização da criança/adolescente. O programa é particularmente adequado a crianças e adolescentes cuja avaliação da equipe técnica do próprio programa e dos serviços da rede de atendimento indique possibilidade de retorno à família de origem, ampliada ou extensa. Para as crianças pequenas que vivenciam situações de violação de direitos, essa modalidade tem se mostrado uma forma mais adequada às suas especificidades. Cada família acolhedora deverá receber uma criança/adolescente por vez, exceto quando se tratar de grupo de irmãos.

D- República

Modelo que visa a oferecer apoio e moradia subsidiada a grupos de jovens que estejam em processo de desligamento dos serviços de acolhimento institucional, com os vínculos com a família de origem já rompidos ou extremamente fragilizados, portanto, sem perspectiva de retornarem para tais lares. São jovens que estão em situação de vulnerabilidade e risco pessoal e social, e não possuem meios econômicos e financeiros para garantir o próprio sustento.

Pretende-se favorecer a construção da autonomia e possibilitar o desenvolvimento de autogestão, autossustentação e independência. O tempo de permanência é limitado, pois a faixa etária varia de 18 a 21 anos, mas pode ser reavaliado e prorrogado, de acordo com o projeto individual de cada adolescente.

Nesse caso, as unidades são organizadas em femininas e masculinas e é dada uma atenção especial à escolha dos componentes de cada república. Esta é feita por equipe técnica capacitada que leva em consideração aspectos como perfil, demandas específicas e grau de autonomia de cada usuário, bem como a afinidade entre os mesmos. A equipe técnica prepara o novo membro e os demais para a integração e inserção ao ambiente, que deve ter no máximo seis usuários. Se for possível, os jovens deverão ter participação ativa na escolha dos colegas, de modo que os grupos possam ser compostos por afinidades e vínculos previamente construídos.

Além desses modelos, o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) apresentou no Relatório da Infância e Juventude de 2013 (Relatório da Infância e Juventude – Resolução nº 71/2011: Um olhar mais atento aos serviços de acolhimento de crianças e adolescentes no país) mais uma modalidade: a *casa de passagem*. Sua proposta é o acolhimento de curta duração a adultos e famílias, porém foi verificada a existência de muitas dessas casas de passagem dirigidas a crianças e adolescentes. Seu objetivo é realizar um diagnóstico eficiente a fim de ou reintegrar à família de origem ou encaminhar para as formas de acolhimento em um curto prazo de tempo.

Outra pesquisa, o “Levantamento nacional das crianças e adolescentes em serviço de acolhimento” (ASSIS; FARIAS, 2013), identificou duas categorias na qual o serviço casa-lar se divide: o modelo em forma de comunidade, onde há um grupo de no máximo 10 crianças e adolescentes por unidade residencial; e o modelo aldeia, no qual um conjunto de casas-lares são dispostas em um mesmo terreno, onde há um núcleo central e uma mesma estrutura técnico-administrativa.

Para o relatório do CNMP (2013), 86% das entidades existentes no país foram inspecionadas e avaliadas. Com tais dados e informações, pode-se traçar um panorama mais preciso do real contexto do acolhimento institucional atual. Verificou-se um total de 29.321 crianças e adolescentes atendidos em abrigos e casas-lares e outras 1.019 atendidas pelo acolhimento familiar, somando mais 30.000 entre o ano de 2012 e 2013. A faixa etária é, de um modo geral, bastante ampla, e contempla em sua maioria indivíduos de 0 a 15 anos. Quanto aos modelos mais comuns, 53% das entidades tipo abrigo estão na região Sudeste, o que acompanha a maior concentração populacional nessa região, enquanto a casa-lar está mais concentrada na região Sul, e não existe nos Estados do Piauí, Acre e

Roraima. Não foi percebido direcionamento das entidades a fim de atender indivíduos de um grupo específico definido por gênero ou faixa etária, e são poucas as que atendem somente meninos ou meninas. As instituições particulares são a maioria em comparação as públicas em quase todas as regiões, com exceção da região Norte, havendo um claro fomento estatal para a atuação do terceiro setor.

Na pesquisa de Assis e Farias (2013) foi verificado que 78% de um total das 2.624 entidades pesquisadas já começam a se adequar aos parâmetros previstos nas normativas, tendo, no máximo, 20 crianças ou adolescentes atendidos por entidade. A região com maior dificuldade em seguir tais recomendações é a Nordeste. A maioria também não faz distinção por gênero, além de procurar não promover a separação de grupos de irmãos, apesar de ainda haver alguma resistência de algumas entidades em receber indivíduos com transtorno ou deficiência mental, histórico de uso de drogas ou adolescentes grávidas.

Para além do ECA, em 2013 foi instituído o Estatuto da Juventude (Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013), que demarca princípios e diretrizes para as políticas públicas voltadas a esse grupo, promovendo direitos e garantindo sua aplicação independente da vontade de quem esteja à frente da gestão pública. A lei considera como jovem pessoas entre 15 e 29, uma faixa etária bem ampla que também inclui os adolescentes entre 15 e 18 anos. Estes estão primordialmente sob a proteção do ECA (1990), só lhes sendo aplicáveis as determinações que não conflitem com as normas da primeira. No entanto, há de ser observado que os direitos garantidos já não têm mais o caráter de proteção da legislação anterior que os abarcava. Estes privilegiam uma perspectiva inclusiva, compreendendo os jovens como participantes ativos e relevantes do contexto político e socioeconômico atual. Além do mais, por ser muito recente, seus efeitos jurídicos e políticos ainda são pouco visíveis.

O Estatuto prevê aos jovens direitos relacionados à diversidade, lazer, segurança pública e acesso à Justiça, saúde, educação, entre outros. Entretanto, quanto à moradia, apenas o art. 31 prevê que: “o jovem tem direito ao território e à mobilidade, incluindo a promoção de políticas públicas de moradia, circulação e equipamentos públicos, no campo e na cidade“ (BRASIL, 2013). Apesar de ressaltar a necessidade de tais políticas, não há qualquer menção quanto ao encaminhamento aos modelos república, apresentado acima, após a saída da entidade de acolhimento.

É citada a necessidade do zelo dos direitos dos jovens privados de liberdade e egressos do sistema prisional, e a formulação de políticas que visem à sua reinserção social e laboral (art.3, inciso XI). Porém, a mesma atenção não é dada aos jovens egressos de acolhimento institucional. Há ainda outro artigo (art.15, incisos II, IV e V) que destaca a necessidade da promoção a inclusão no mercado de trabalho, como também a proteção contra as explorações e precarizações de acordo com os parâmetros da lei. Também é ressaltado que a inserção não se dê em detrimento da continuidade da educação e sim que ambas possam ser compatíveis. Dessa forma, pretende-se que a devida inclusão seja feita de forma protegida, mas não mais por considerá-los como indivíduos em desenvolvimento, e sim pela relevância de mecanismos que garantam o devido exercício de suas cidadanias.

2.3.

CONTEXTO FAMILIAR E SOCIOECONOMICO

No contexto do acolhimento institucional esse espaço se torna o principal regulador social e de formação dos indivíduos, indo de encontro a cultura brasileira, como nos lembra Gonçalves (2005). Isto porque, aqui o ambiente doméstico que atua como principal regulador e fonte de suporte das relações sociais. Na medida que o poder público se mostra ausente, quem ancora o espaço social e até mesmo supre suas funções é o núcleo familiar. Este é ainda é o principal espaço de construção e referência subjetiva, que garante a permanência das diversas tradições, mesmo com a constante presença e atuação dos padrões pré-modernos nos comportamentos e interações sociais. Dessa forma, ainda que estejam surgindo novos rearranjos familiares, como os monoparentais ou reconstituídos, é o espaço doméstico que ainda possui a maior influência na formação das futuras gerações, e que amplia as chances dos jovens de alcançarem suas realizações. Isso porque, na falta da atuação e presença do Estado, acaba por ficar sob a responsabilidade exclusiva da família a promoção de ajuda, proteção e transmissão dos valores vigentes aos seus membros. De acordo com isso, nas comunidades pobres há um ceticismo por parte dos jovens quanto à possibilidade de modificação do meio que

os cerca, o que acaba por reforçar a importância das relações familiares em seu desenvolvimento.

No entanto, a fragilidade dos laços familiares é um dos principais motivos que leva ao acolhimento de crianças e adolescentes. Segundo dados levantados em inspeções realizadas pelo Conselho Nacional do Ministério Público, entre 2012 e 2013, em cerca 86,1% das entidades de atendimento institucional no país (2.370, de um total de 2.754), os principais motivos para o afastamento e destituição do poder familiar foram (CNMP, 2013):

- negligência dos pais e/ou responsável (mais de 80%);
- dependência química/alcoolismo dos pais e/ou responsável; (mais de 80%);
- abandono dos pais e/ou responsável (em torno de 77%);
 - violência doméstica (próximo a 60%);
- abuso sexual praticado pelos pais e/ou responsável (em torno de 45%)”

Como pode haver mais de um motivo para o acolhimento, os somatórios das porcentagens apresentadas superam o total de 100%. Tais dados expõem a complexidade do contexto de violência e precariedade socioeconômica do qual vêm os adolescentes acolhidos, pois são elementos que se superpõem e contribuem um para o agravamento do outro. Isso expõe que nem sempre o ambiente doméstico disponibiliza a proteção necessária, pois mesmo se estruturando a princípio como espaço privilegiado do desenvolvimento individual, ele também pode se inscrever como propiciador de violência e abusos em suas diversas configurações, o que coopera para intensificar sua condição de vulnerabilidade. Ao mesmo tempo, a violência, assim como o sentimento de insegurança provocado por tal contexto, não é consequência apenas do núcleo familiar, mas também pelo próprio entorno, que muitas vezes é marcado pela presença de grupos criminosos e pelos conflitos gerados a partir de sua presença.

Há casos em que a institucionalização acontece por iniciativa da própria família, como foi verificado por Constantino e cols. (2013), e por Siqueira e cols. (2011), o que corresponde a 5,1% dos casos. Tal dado expõe que ainda se mantém o entendimento da instituição de acolhimento como uma forma de internato, onde a família, ao pôr em dúvida sua própria capacidade de cuidar do infante, pode delegar as responsabilidades, e não como uma medida de proteção a ser aplicada apenas em caráter excepcional. Além disso, esses dados demonstram que o abandono pode não ser apenas fruto de condições socioeconômicas precárias, como

também um reflexo do pouco investimento afetivo no desenvolvimento da criança ou adolescente. Siqueira e cols. (2011) procuraram pesquisar e compreender como se dá o processo de reinserção familiar dos adolescentes acolhidos, e constataram que a precariedade socioeconômica nem sempre é a causa para que esse retorno seja malsucedido. O desejo e engajamento no processo por parte da família, e as tentativas de se manterem presentes durante o acolhimento, se mostraram os elementos mais significativos. Para que os vínculos sejam de fato retomados é preciso que os indivíduos estejam conectados emocionalmente e sentindo-se pertencentes àquele grupo.

A trajetória dos adolescentes também costuma ser marcada não só pela violência e negligência, mas também pela circulação pelos diversos espaços, como serviços de acolhimento variados e outras instituições, além da casa da família de origem e até mesmo a rua. De acordo com Constantino e cols. (2013), cerca de 19,2% têm uma trajetória de vida que inclui a passagem pela rua.

Nesse contexto, eles formam grupos entre si, o que está para além da relevância comum que as amizades costumam ter nessa fase: é um recurso para garantir alguma proteção e possibilidade de sobrevivência diante de um ambiente inseguro e arriscado. O espaço da rua é também efêmero, e os vínculos construídos nele também são, assim como acontece nos núcleos de origem, marcados pelas discontinuidades, sendo criados e desfeitos de acordo com as particularidades das trajetórias. Essas incluem o acolhimento institucional, o retorno ao grupo familiar, o cumprimento de medida socioeducativa por algum ato infracional, e até mesmo o óbito (SOARES, 2012).

A manutenção dos vínculos familiares é, inclusive, o que diferencia os “meninos *na* rua” dos “meninos *de* rua”. Os primeiros são os que utilizam o espaço para buscar recursos que contribuam para a manutenção da família, mantendo os laços com ela ainda que não estejam sempre próximos. Já os segundos seriam os que romperam por completo tais vínculos, e passam a ter a rua como contexto prioritário de vida, morando e obtendo dela todos os recursos possíveis para sua sobrevivência.

As passagens por espaços tão diversificados implicam uma experiência de instabilidade, o que é vivido em um período do desenvolvimento no qual se faz necessário o equilíbrio, a continuidade e a segurança do meio. É uma diversidade de experiências que denuncia a fragilidade dos aspectos protetivos ao longo de suas

histórias, o que acontece não apenas nas esferas familiares, mas também nas institucionais.

Agregado a isso, não só as experiências anteriores foram extremamente desfavoráveis, como o acolhimento institucional em si configura-se como um período de crise, visto que uma série de mudanças importantes em seus contextos são provocadas a partir da impossibilidade de convivência com a família de origem, como apontam diversos pesquisadores (ROSSETTI-FERREIRA e cols., 2010; TINOCO, 2007). A partir desse distanciamento, acontece a perda das referências anteriores que os localizavam no mundo, pois os adolescentes já não terão mais o mesmo contato com as pessoas com quem suas relações haviam sido construídas. Além disso, também se realizam mudanças nos espaços físicos em que costumavam habitar, na rotina que compunha suas experiências, e mesmo com outras pessoas fora do núcleo familiar, mas que talvez também tivessem tido alguma importância simbólica.

A própria entrada no abrigo tem sua marca dolorosa, visto que as experiências que os levaram até ali também o são. A ruptura familiar, inerente ao processo e muitas vezes definitiva, os coloca em confronto com as vivências anteriores: é nesse momento que se concretiza a realidade de que os responsáveis por eles, aqueles que deveriam garantir seu cuidado e proteção, não estão mais presentes. E por mais que as relações e experiências anteriores tenham sido marcadas por abusos e violações dos direitos, o sentimento de abandono também lhes é muito assustador. Tinoco (2007) mostra em sua pesquisa que a institucionalização é a confirmação das perdas, o que pode levar a sensação de pouco controle em relação à própria vida e a uma falta de confiança nos adultos em seu entorno.

Contudo, é importante termos claro que não é apenas a pobreza socioeconômica ou a institucionalização que têm o potencial de interferir negativamente no desenvolvimento humano, mas também a carência de relações interpessoais. Essa privação pode se manifestar de diversas formas, às vezes configurando-se apenas na ausência de adultos que exerçam minimamente o papel de cuidadores. Além disso, relações superficiais ou abusivas podem se estabelecer nos mais diversos lugares pelos quais a criança passa, ocorrendo inclusive em famílias das classes sociais mais favorecidas.

Tais precariedades nos contextos dos adolescentes remetem ao que Winnicott ([1950] 1997) chamou de *desajustamento*, ou *deprivação*. Este implica na falha de um ambiente que deixa de se adequar às necessidades das crianças, cabendo a elas mesmas o trabalho de cuidarem de si. Ao serem submetidas a situações passíveis de interferir em sua saúde mental ou construção da personalidade, acabam sendo induzidas a perderem sua identidade pessoal, ou a se fazerem incômodas para a sociedade, a fim de conseguirem que alguém lhes dê o acolhimento necessário, ou seja, adotam a *conduta antissocial*. É a demanda de uma nova oportunidade de atingir a integração pessoal, pois elas necessitam da recriação de um ambiente suficientemente bom que se caracterize pela estabilidade, coerência e presença constantes de figuras que se tornem significativas.

De acordo com o que vimos, no caso de adolescentes acolhidos institucionalmente, em seus históricos há uma grande carência de um ambiente seguro, que forneça cuidados continuados e o sentimento de pertencimento a algum lugar. A consequência disso é tanto o luto por aquilo que é perdido quanto uma falta de confiança no meio, que compromete a sua disponibilidade para construir novos vínculos.

Passa a ser responsabilidade do contexto do acolhimento oferecer a proteção faltosa, seja em seu sentido mais objetivo, implicando na sobrevivência física, seja fornecendo apoio afetivo e subjetivo que possibilite a construção de projetos assertivos. A instituição pode então vir a ser esse ambiente suficientemente bom do qual necessitam os adolescentes, cujo acolhimento foi motivado a partir da condição de *desajustamento* em sua origem.

3.

O QUE É POSSÍVEL NA INSTITUIÇÃO DE ACOLHIMENTO

3.1.

A INSTITUIÇÃO COMO ORGANIZADORA

As funções do pai e da mãe são, em essência, funções simbólicas. Cada uma tem uma representação e uma delegação de uma função mais geral. Esta consiste em fundar a criança, autorizando-a a viver enquanto ser da espécie humana, introduzindo-a nas categorias de identidade, o que só acontece se houver um outro ser humano que responda por ela. Lémere (2010) afirma que, para sustentar seu desejo de viver, a criança necessita do apoio simbólico de alguém que a autorize a falar e a desejar por si própria. Essa autorização precisa vir do outro, pois ela não pode fazer por si mesmo, não pode se autorizar a se humanizar.

Nesse contexto, o que é importante é o pai simbólico, que realiza a função de transmissor e pode ser construído através das passagens institucionais¹. A lei, enquanto função paterna, não diz respeito a um patriarca, mas a uma noção lógica da qual depende a construção da subjetividade humana. Ela representa o terceiro que se interpõe entre a criança e os pais (BECKER, 2002; KELH, 2001).

O que funda a autoridade paterna é a posição subjetiva sustentada pelo laço simbólico. O que de fato é necessário à criança não é a presença do pai ou da mãe biológicos, mas sim a presença de alguém que sustente o lugar de autoridade e responsabilidade diante dela, o que, por sua vez, mostra que há alguém cuidando dela. Ter contato com outras referências para além do pai e da mãe reais pode inclusive ajudar a simbolizar o poder absoluto destes e assim também simbolizar a autoridade e a lei.

Dessa forma, o que dificulta a um sujeito se estabelecer como tal não é a ausência física do pai da realidade, mas sim o fracasso de sua função. Delegar à

¹Apesar de utilizarmos o termo *instituição*, é preciso ressaltar que o campo conceitual e teórico utilizado aqui não é o da *Análise Institucional (AI)*, introduzido na França na década de 1960 por pesquisadores como Félix Guattari, René Lourau, Georges Lapassade, entre outros, e que chegou ao Brasil na década de 1970 a partir da visita de Lapassade e outros.

criança a total responsabilidade e autoridade por seu próprio desenvolvimento, cuidado e educação, assemelha-se a abandoná-la, pois nisso o que falta é um adulto que banque a sua posição diante dela.

Para que haja a identidade é necessário que haja a diferenciação das funções e dos lugares que se encontram na montagem institucional, assim como a ligação da criança a um sistema institucional que a estrutura. É o Estado quem faz funcionar a função, o sistema jurídico que regula a vida das pessoas depende de sua autoridade (LEGENDRE, 2010).

Não existe criança sem instituição, afirma DiCaccia (2005). A linguagem é a matéria-prima do ser humano, é o que o constitui como tal e garante o seu lugar no contexto institucional, compondo também a estrutura que está na origem deste. Toda criança está inserida em um contexto, cuja configuração é a da cultura e da civilização, campos no qual ela se humaniza, onde é tida como indivíduo. Ela não existe sem o social ou o simbólico. Família e instituição, por sua vez, não são entidades opostas, pois ambas dizem respeito ao simbólico.

A instituição organiza permanentemente aspectos da vida coletiva, regulada através de normas, costumes, ritos e leis. É uma formação da sociedade e da cultura que segue suas próprias leis e tem o seu funcionamento próprio. Ela regula as relações humanas, preexiste aos homens e se impõe a eles. Uma de suas funções é fornecer representações comuns e matrizes identificatórias a seus membros (OLIVEIRA e TERZIS, 2009).

Na modernidade, as instituições vêm cada vez mais assumindo o papel de sustentar o valor paterno no espaço social. As instituições se tornam lugares que possibilitam a reconstrução da inserção e do engajamento dos jovens no laço social. Nelas se desenvolvem as regras e normas de coexistência que determinam o pacto de conveniência, e onde o que não é adequado é recalcado. Estar inserido em relações de contratos mútuos, que tenham como direção a convivência e o reconhecimento do outro, permite se estruturar a partir de uma lei que organiza a vida. Para isso, é preciso que os traços identificatórios sejam sustentados pela instituição, incluindo as pessoas implicadas no trabalho de cuidado (BECKER, 2002).

3.2.

AS DIFICULDADES DO/NO ESPAÇO INSTITUCIONAL

Apesar dos parâmetros estipulados por lei a fim de promover a instituição de acolhimento como espaço de desenvolvimento, na prática tal qualidade ainda não é uma realidade em todas as entidades existentes, havendo casos em que se faz necessário promover mudanças na estrutura e nos atendimentos. Porém, mesmo com as condições longe de serem as ideais, o acolhimento institucional é, como já visto, a solução mais disponível e viável para determinado indivíduo em determinado momento. Faz-se necessário então pensar nos caminhos possíveis para minimizar os impasses existentes e construir ações positivas.

Uma das dificuldades que se apresenta é a construção de uma dinâmica que permita a flexibilidade da rotina a partir das demandas dos adolescentes e que seja capaz de suportar seus testes e provocações, mas que, ao mesmo tempo, sustente o lugar de autoridade e responsabilidade delegado aos adultos do local.

Quanto a isso, alguns autores (SOARES, 2012; OLIVEIRA, 2006; ARPINI, 2003; GUIRADO, 1986) ressaltam que a lógica educativa de algumas instituições estabelece um modelo de lei que, se imposta de modo totalitário, inibe as possibilidades de reconhecimento e construção de caminhos para que o adolescente siga em direção à independência. Algumas normas, quando em excesso, configuram uma prática desprovida de sentidos e significados para eles, lhes parecendo necessidades externas, o que se sobrepõe ao processo da construção das singularidades.

Para os adultos que trabalham nas instituições, os significados das ações muitas vezes acabam sendo reduzidos aos detalhes burocráticos que devem ser resolvidos, enquanto para os adolescentes significam a busca pelo lar desejado. Diante de uma rotina que promove a massificação, atitudes de resistência e questionamento podem ser compreendidas como desvio de conduta. As atividades pedagógicas, por sua vez, quando utilizadas para “ocupá-los”, não deixam espaço para relações afetivas. É um embate entre as demandas dos adolescentes e o que a instituição está preparada para lhes oferecer. Corre-se o risco de um funcionamento institucional totalitário e dissociado do que se espera de um lar, principalmente porque se torna um ambiente controlador, que deixa de lado o acolhimento.

Não é incomum o sentimento de desamparo e abandono vivido nas interações, principalmente porque os adultos implicados não reconhecem a complexidade do momento vivido, e preferem se afastar das questões subjetivas dos adolescentes. Esse posicionamento se dá justamente como defesa da própria instituição, que também tem dificuldades em lidar com o lado doloroso das relações afetivas, tornando-se endurecida. Ao se deparar com a alteridade das crianças e adolescentes, a equipe se vê confrontada com suas próprias questões. São subjetividades que se encontram e se confrontam, cada com seus próprios desejos e expectativas em relação ao outro (SOARES, 2012; OLIVEIRA, 2006; GUIRADO, 1986).

Autores como Soares (2012) e Guirado (1986) ressaltam a dificuldade das equipes em incluir nos atendimentos feitos os sentidos produzidos nos diversos contextos pelos quais os adolescentes passaram. O conjunto de experiências vividas acaba por não corresponder às propostas pedagógicas oferecidas, já que, em muitos casos, estas se sobrepõem às suas realidades, e não reconhecem as ambivalências e conflitos vividos. Desconsiderar os aprendizados e vínculos já construídos fragiliza a possibilidade de novas vinculações e aprendizagens. Faz-se necessário um trabalho que se aproxime das histórias de vida e interesses, onde haja espaço para a construção de saídas alternativas. Os adolescentes precisam desenvolver uma percepção de si mesmos para tornarem-se sujeitos ativos na construção de suas próprias trajetórias e ocuparem espaços a partir de suas escolhas.

Entendê-los como sujeitos de direitos e estimulá-los à autonomia não deve ser confundido com falta de limites, normas ou disciplinas no espaço institucional, mas apenas que estas não sejam definitivas e passíveis de serem questionadas e reformuladas (ALTOÉ, 2010; BRASIL, 2009). É possível construir uma parceria nas responsabilidades, na qual adolescentes participem da organização do cotidiano da instituição, e de ações que promovam a interação entre elas e os contextos os quais frequentam.

É preciso um olhar que os considere em suas histórias e não apenas como um caráter ou corpo a ser moldado e adestrado, para que seja possível ir além da crença de que, devido a fatores ambientais, são adolescentes difíceis, não havendo muito a ser trabalhado neles. A dinâmica institucional pode minimizar a rigidez das marcas de suas histórias familiares e sociais, não os limitando a elas. Mas para tal, é necessário compreendê-los a partir de suas subjetividades e experiências

anteriores, considerando-os como seres falantes que estabelecem relações, com a família de origem, com a comunidade à sua volta, e com as pessoas que circulam pelo ambiente institucional.

O educador não precisa ter resposta para tudo, pois é a partir de sua impotência que o adolescente pode chegar a falar em nome próprio, em vez de se deixar levar por sua história anterior ou pelo ambiente institucional. Ele o acompanha e assim se faz de suporte para que seu discurso possa ser sustentado. Dão, assim, ao adolescente a oportunidade de se desenvolver, e o sentimento de pertencer a algum lugar, de modo que esse adolescente, por sua vez, ocupe um lugar que lhe foi autorizado por esse outro (ALTOÉ, 2010).

Para isso, a proteção e a segurança proporcionadas pela instituição não devem ser apresentadas como oposição ao mundo exterior demasiado assustador, marcado por ameaças e riscos intransponíveis. Para adquirir autonomia, reunir e organizar recursos para a sobrevivência, os adolescentes precisam estar cientes dos possíveis enfrentamentos sem se tornarem descrentes dos próprios potenciais e capacidades de construir experiências positivas fora daquele espaço. Se os impasses futuros forem apresentados como barreiras insuperáveis, eles podem desacreditar em si mesmos e nos outros e permanecerem paralisados diante do processo de amadurecimento.

Isso implica em não reduzi-los aos seus possíveis déficits ou faltas, assinalados na expressão “criança carente” (ALTOÉ, 2010). Muitas vezes, embora se fale sobre eles na condição de sujeito, o discurso é construído a partir da falha, da ausência e da necessidade, como se sua existência fosse definida pela deficiência e a incompletude. Segundo Guirado (1986), é comum que sejam percebidos no limite entre a presença, quase sempre burocrática e processual e a ausência, pois o principal objetivo por vezes é a sua saída, por adoção ou retorno familiar, como nesse processo ela mal é escutada. A autora realizou sua pesquisa no final da década de 1970, ainda sob a vigência do segundo Código de Menores, e quando a instituição disponível ainda era a FUNABEM. No entanto, como já foi visto, apesar das mudanças na lei, são práticas e lógicas ainda presentes, sustentadas por uma compreensão construída historicamente e por isso tão difíceis de serem dissolvidas. Mesmo que a legislação atual compreenda as crianças e os adolescentes através de sua condição enquanto sujeitos de direitos, na prática há sempre o risco de que eles

venham a ocupar a posição de objeto, sobre o qual os profissionais devem realizar intervenções.

Outra dificuldade muito comum nas instituições são os conflitos e embates provocados pelos próprios adolescentes, seja com outros jovens atendidos, seja com a equipe e educadores. Alguns pesquisadores como Tinoco (2007), Oliveira (2006) e Siqueira (2006) confirmam que comportamentos hostis ou indisciplinados, de recusa ou enfrentamento diante de certas regras necessárias e de provocação de conflitos, são comuns e geralmente refletem reações às vivências anteriores. Muitos dos problemas de conduta já se manifestavam anteriormente, o que aponta para fatores de risco do ambiente familiar, onde as relações seriam conflituosas, instáveis e estressantes.

São questões e dificuldades que surgem a partir da projeção dos laços familiares e experiências anteriores ao acolhimento, que possuem um lugar simbólico marcado pelas falhas ambientais. Os conflitos instigados põem o meio à prova, e os padrões de relacionamentos já vividos acabam sendo reproduzidos, e com isso a sua repetição é provocada, arriscando a repetição do abandono e fragmentação das relações. Os adolescentes reivindicam a presença do que falhou em sua família de origem e fazem um movimento em direção à instituição para que tais falhas sejam repetidas nas novas relações, e assim possam ser reparadas. O modo com o qual eles lidam com as dificuldades está atravessado não só pelas experiências que tiveram, mas também pelo significado que retiraram delas, através das percepções e das respostas que eles próprios constroem. É comum haver uma constante desvalorização do espaço institucional, o que não significa que eles não reconheçam a importância do que lhes é oferecido, mas sim que foi estabelecida uma transferência com o local, trazendo consigo a repetição do que não foi ressignificado (BECKER, 2002; ARPINI, 2003; OLIVEIRA, 2006; SIQUEIRA, 2006; SOARES, 2012).

Suas vivências costumam ser fragmentadas, marcadas por mudanças frequentes de ambiente e ausência de referências estáveis e constantes, o que muitas vezes se dá ainda dentro da própria instituição, que reproduz o padrão de instabilidade e abandono vividos. É bastante comum casos de transferências como forma de punição pelo não cumprimento das regras (OLIVEIRA e SAPIRO, 2007; TINOCO, 2007). A justificativa reside no comportamento dos adolescentes, o que contribui para um padrão disciplinar pautado no abandono como resposta para a

inadequação. Essa medida, em vez de ajudá-los a reconhecer seus limites e o do outro, contribui para a sustentação de práticas que não reconhecem suas demandas, e mantém o sentimento de abandono e incompreensão. As rupturas são igualmente provocadas por transferências em função do gênero e da idade, justificadas a fim de manter os padrões de cada abrigo, os desacolhimentos pela reinserção familiar, seguido de nova institucionalização e alta rotatividade dos cuidadores. A partir dessas práticas, a organização e a rotina institucional acabam sendo colocadas acima dos relacionamentos construídos.

Além dos conflitos e confrontos com o meio, também são bastante comuns as fugas dos adolescentes diante do que sentem como sendo limitações institucionais. De acordo com Carvalho e cols. (2006), a evasão é uma das principais causas do desligamento institucional. Muitos adolescentes apresentam resistências a construir vínculos, mobilizados por suas vivências anteriores de rupturas e privações, encontrando dificuldades para se ancorarem em referências estáveis tanto em relação a seus processos subjetivos quanto a seus processos futuros. Ao mesmo tempo, apesar do que preconiza a lei, nem sempre o abrigo consegue dar conta das demandas dos adolescentes e prover o *holding* necessário. Os relatos de muitos autores (LEVY e JONATHAN, 2012; TINOCO, 2007; SILVA, 2010; SOARES, 2012) apontam que o meio nem sempre foi capaz de sobreviver aos ataques mais intensos por parte de crianças ou adolescentes mais “difíceis”, que testavam o ambiente com intensidade e frequência.

Quanto a isso, Winnicott ([1950] 1987; [1956] 2012) mostra que, quando o sentimento de segurança se instala, é comum aos adolescentes testarem o meio e sua confiabilidade. É nessa fase que surge a tendência antissocial, sinal da deprivação decorrente de falhas ambientais. Há duas formas de sua manifestação: no roubo ou na mentira, que representam uma solicitação para que o ambiente devolva o que foi tirado, e na destrutividade, que visa a testar a segurança e estabilidade do ambiente. São sintomas que revelam uma busca pelo meio saudável, nos quais o indivíduo procura fazer o mundo reconhecer o seu débito para com ele.

Espera-se que as redes disponíveis ofereçam um ambiente especializado e concebido com fins terapêuticos, cobrindo a necessidade do ambiente suficientemente bom. Nele, o cuidador vai aos poucos abrindo um espaço maior do mundo para o adolescente, que aproveita a oportunidade para se expressar e seguir seus impulsos. Ao mesmo tempo, os controles externos continuam a se fazer

necessários a fim de conter essa nova gama de sentimentos que assustam inclusive os próprios adolescentes.

Embora alguns adolescentes com frequência expressem o desejo de liberdade, uma postura muito permissiva da organização institucional pode causar ressentimentos, pois é compreendida como indiferença para com eles (SOARES, 2012; SIQUEIRA, 2006). Com isso, eles reivindicam atitudes que tenham sentido de cuidado e compromisso como elementos que representem a sua vinculação e pertencimento àquele espaço.

É necessário o equilíbrio entre o sentimento de pertencimento e a diferenciação, com espaços para a individualização e a intimidade. Uma reivindicação comum feita pelos adolescentes é ter um espaço próprio para guardar seus pertences pessoais: ter um armário próprio, por exemplo, é ter algo particular, e que também significa sua inserção no abrigo. É um recurso acessível que demarca uma identificação singular no espaço coletivo.

Dentro dos grupos de convivência os adolescentes aprendem o que é possível ou não demandar dos outros de forma a melhorar a qualidade das relações, ao mesmo tempo em que serão confrontados com a questão de serem ou não adequados ao que o outro demanda deles. É um aprendizado que está para além das relações de amizade ou amorosas, pois também diz respeito aos efeitos de consideração e reconhecimento que o convívio coletivo pode oferecer e traz o sentido do valor que é possível ter aos olhos alheios (BECKER, 2002).

Além de Winnicott, outros autores também ressaltam a relevância de um ambiente posterior às primeiras experiências que venha a sustentar as demandas que inicialmente não foram amparadas. Roussillon (1991) apresenta o conceito de meio maleável como o meio que sobrevive à destrutividade do sujeito. Ele se aproxima das noções de transicionalidade e potencialidade: é um objeto externo, mas também é transicional. No início da vida psíquica o objeto primário é percebido como pertencente apenas à realidade subjetiva do sujeito. Para que ele seja descoberto como fazendo parte também do mundo externo, sendo independente e possuindo uma realidade objetiva, é preciso que entre em ação a destrutividade. Tal processo constitui a prova de realidade, no qual o objeto precisa ser reencontrado na percepção, de modo que a criança reconheça quando a fonte de estímulos é interna ou externa.

A atividade da representação se apoia no outro que exerce a função materna e impede que a criança seja submersa em um excesso de excitações desorganizadas. É fixado um limite entre o que o ego pode integrar das moções pulsionais, de forma a se sentir vivo e criativo, e o que deve ser recalçado. Durante todo o período de integração e construção pulsional, há um apoio transicional de alguma figura do meio maleável que realiza a função de paraexcitação externa.

Para que a atividade de representação ocorra é preciso que haja algum representante do objeto que seja concreto e perceptível. Apesar da destrutividade dirigida ao objeto, este deve sobreviver ao ataque, mantendo-se estável e não exercendo represálias contra o sujeito, atacando-o de volta ou se retirando de cena. Isso permite que o sujeito suporte a angústia gerada pelos seus ataques de ódio.

O meio maleável tem a propriedade da indestrutibilidade e ao sobreviver à destruição que lhe é dirigida abre caminho para a função representativa. Apesar de sua natureza fundamental não ser modificada, apresenta sensibilidade a variações quantitativas, podendo tomar diversas formas, sendo incondicionalmente disponível, e ainda assim permanecer ele mesmo. Aquele que se utiliza desse meio necessita senti-lo vivo e disponível. É na reelaboração de um jogo de destruição e remodelagem que se descobre a essência desse processo que permite ao meio ser o representante da coisa, mas não a coisa em si.

Tal conceito pode nos ajudar a pensar um caminho possível para o trabalho com adolescentes abrigados, principalmente quando eles testam o ambiente e provocam conflitos, procurando reproduzir as vivências anteriores, como veremos mais adiante. Com isso, confirmam se o ambiente suporta seus ataques, estando realmente investido nas tarefas de cuidar e acolher, ou se o abandona. As repetidas falhas ambientais frente à experiência de destruição e recriação/criação do objeto, sua não sobrevivência aos ataques que lhe são dirigidos, fazem com que a destrutividade deixe de ser intrapsíquica e apenas potencial e passe a ter um caráter real para o sujeito. É preciso, então, reconstruir as particularidades do objeto originário, que não resistiu aos ataques, para que seja possível trabalhar os efeitos na estruturação psíquica do sujeito.

O que um enquadramento pode oferecer como estruturante é reconhecer que, por detrás da destrutividade dirigida a ele, existe um núcleo de verdade, ou seja, que realmente houve um ambiente que de alguma forma falhou ao dar conta das necessidades individuais. O trabalho consiste em desenrolar esse núcleo que se

apoia na realidade atual e levá-lo de volta ao passado. O novo ambiente no qual o adolescente se encontra deve sobreviver aos ataques dirigidos a ele. Nesse processo, o objeto é evocado em sua realidade e não como um objeto subjetivo. Isso constrói um pano de fundo sobre o qual a experiência paradoxal do objeto que é destruído e então encontrado possa acontecer.

3.3.

VÍNCULO E CUIDADO

Apesar de todos os impasses apresentados acima, o tempo de contato de um indivíduo com uma estrutura institucional que promova experiências positivas pode contribuir para minimizar as dificuldades emocionais decorrentes do histórico de vida anterior. O acolhimento se estabelece através dos cuidados dedicados, mesmo quando fora do lar de origem e em caráter excepcional. Acolher significa estar aberto para proteger e educar, implicando na empatia e no reconhecimento das necessidades, dificuldades e sentimentos do outro. Sendo capaz de concretizar essas funções, a instituição passa a ter o potencial proporcionar condições para a existência humana, pautada em relações humanas, não se resumindo ao espaço físico para moradia.

O vínculo é uma construção pessoal, mas para Pichon-Rivière ([1980], 2007), é também um fenômeno social. Ao mesmo tempo, não existem relações impessoais, pois cada vínculo se estabelece a partir de um outro que lhe é anterior e que está condicionado historicamente naquele indivíduo. Mesmo quando na relação há apenas duas pessoas envolvidas, a vinculação estabelecida entre ambas está repetindo suas histórias anteriores.

As primeiras relações objetais são administradas por uma série de processos de projeção e introjeção através dos quais o mundo interno é construído. Nele são incluídas as representações do mundo externo, marcadas pelo vínculo estabelecido com os objetos internos, que, por sua vez, adquirem suas características a partir das imagens externas. Estas não são introjetadas como correspondência direta de sua natureza e do que acontece fora, mas são sentidas tão reais como se o fossem. A relação de objeto faz parte da estrutura interna do vínculo, sendo ele então uma

relação particular com determinado objeto, uma estrutura dinâmica em contínuo movimento. Essa relação gera uma conduta mais ou menos fixa, formando um padrão que tende a se repetir. Contudo, esse processo está sujeito às mudanças que ocorrem no decorrer da vida, de modo que as estruturas vinculares podem sofrer transformações, apresentando novas configurações de acordo com as introyeções feitas. Dessa forma, não existe apenas uma forma estática de vínculo.

A relação de objeto é uma estrutura complexa, que inclui o sujeito e o objeto em interação. Ambos apresentam composições psicológicas internas e externas que interferem entre si, estando em constante movimento, se influenciando mutuamente ao longo da vida. Os vínculos são estabelecidos a partir de uma espécie de contrato inconsciente, como uma estrutura que inclui a interação entre o sujeito e o objeto. A dinâmica entre eles inclui, ainda, manifestações não-verbais como o interjogo de olhares, que revelam consigo os afetos presentes na interação (OLIVEIRA e TERZIS, 2009; ROSSETTI-FERREIRA e cols. 2010).

É nas interações que a vida humana se constitui e se organiza, e são a partir delas que as subjetividades emergem. As pessoas que intermedeiam as relações dos sujeitos com suas próprias dores, angústias, medos e anseios, assim como com o meio, são também figuras de referência e de identificação. Através deles são transmitidos os valores da cultura. São esses vínculos que configuram determinada identidade particular. Os significados sobre o mundo e sobre si mesmo são construídos com o auxílio da experiência que se estabelece a partir da narrativa que vem do outro. Essas não são homogêneas, visto serem elaboradas nas interações com diversos parceiros e contextos. Mas, para se apropriar de sua própria história, é preciso a oportunidade para explorar essas narrativas. No caso do acolhimento institucional, a cada momento são necessárias novas elaborações, nas quais o outro se torna um parceiro ainda mais importante.

O vínculo se desenvolve em interações humanas específicas, que mantêm um padrão diferenciado no tratamento dado ao parceiro escolhido e que perdura no tempo. Há uma seletividade na escolha daqueles com quem será construída a interação, havendo uma preferência em relação a determinados indivíduos em vez de outros. A cada um desses parceiros é atribuído um significado específico que os diferenciam entre si quanto aos seus papéis, importância e o que representam para o outro (CARVALHO e cols., 2006).

Indivíduos envolvidos em uma relação costumam compartilhar entre si os mesmos significados e sentidos dados aos objetos, códigos, palavras e saberes. Ao mesmo tempo, a interação social leva a uma maior potencialidade de construção de novos significados. O compartilhamento dos conteúdos comuns, por sua vez, maximiza o vínculo e simplifica a comunicação. Desse modo, vínculo e comunicação se reforçam mutuamente, pois, ao permanecerem no tempo, o primeiro favorece a continuidade do segundo, que também contribui para o seu fortalecimento, assim como seu desdobramento em outras relações.

Para Bowlby (1956/58; 1967/68 [2006]), o vínculo afetivo é a atração que um indivíduo tem em relação ao outro. Ele inclui a aptidão para reconhecer o outro em suas particularidades, o que implica diferenças no tratamento dispensado a cada um, pois os sentimentos de amor, ou mesmo de pesar, não são dirigidos a qualquer ser humano indiscriminadamente. O modo de conceituar a propensão humana a estabelecer fortes vínculos com os outros é compreendido a partir da *Teoria do Apego*, ou *Teoria da ligação*, como o próprio autor chama em seu texto (Bowlby, 1956/58; 1967/68 [2006]). De acordo com isso, não são apenas os laços afetivos em si, mas também as múltiplas formas de consternação emocional e perturbações a que a separação ou perda involuntária poderia dar origem. As mais intensas emoções tendem a surgir nos vínculos, nas suas formações, rompimentos, manutenções e renovações. A ameaça de sua perda gera ansiedade, a perda real gera tristeza, e ambas as situações podem despertar raiva, assim como a manutenção do vínculo gera segurança.

Quem dispensa cuidados a uma criança deve ter disponibilidade para identificar suas demandas e se prontificar a atendê-la, quando necessário for. É através do vínculo afetivo desenvolvido entre a criança e a mãe, ou cuidador, que uma base segura será oferecida, permitindo um gradativo distanciamento da figura de ligação para explorar o meio.

Há um papel biológico nos laços afetivos, pois esse comportamento costuma ocorrer em quase todas as espécies de mamíferos. É o resultado do elemento social de determinadas espécies, no qual cada membro do par vinculado mantém-se na proximidade com o outro e suscita nele a manutenção do mesmo comportamento. Em humanos, a ligação com a figura de preferência, que na maioria dos casos é a mãe, se desenvolve nos primeiros nove meses de vida do bebê, pois esta costuma ser a pessoa com a qual ele possui maior interação. Mas, apesar de se manifestar

inicialmente no ato da alimentação, e mais adiante nas interações sexuais, o comportamento de ligação está para além da mera sobrevivência física. Sua principal função é a proteção, que é relevante ao longo de todo o desenvolvimento e não apenas na primeira infância. A forma pela qual um indivíduo lida com outras pessoas emocionalmente significativas e estabelece vínculos afetivos está atravessada pela influência, percepções e expectativas ou mesmo distorções, nas experiências que teve com seus pais e figuras iniciais importantes.

Um dos principais efeitos do afastamento da criança de seu cuidador é a intensificação da ambivalência, pois a separação leva ao anseio libidinal (BOWLBY, [1956/58] 2006). O sentimento de estranhamento diante de novas situações também gera ambivalência, pois suscita ao mesmo tempo medo e retraimento e também curiosidade e investigação (BOWLBY, [1970/73] 2006). A separação de uma das figuras de ligação provoca medo, ainda que a situação que se apresenta não seja intrinsecamente perigosa. Há certas ocasiões, como o contato com pessoas e ambientes estranhos, o isolamento ou mesmo a escuridão, que não são intrinsecamente perigosas, mas que ainda assim podem significar algum risco. A resposta de medo frente a esses estímulos compreende o aparato comportamental básico dos seres humanos, de modo que a ansiedade em torno da separação das figuras de ligação se apresenta como uma reação normal e saudável.

Os laços construídos nos relacionamentos intersubjetivos, de proximidade entre humanos, são os mais intensos e íntimos. Mas o indivíduo também está inserido em um macrocontexto, com a cultura e a sociedade, e com elas também constitui vínculos. Tal relação ocorre de forma dialética, na qual há uma constante interação, pois, a sociedade está dentro e fora do indivíduo.

A qualidade dos vínculos afeta a relação da pessoa consigo mesma, o que, por sua vez, interfere na sua capacidade de aprender, de suportar as limitações, de fazer projetos possíveis e sentir-se realizado, mesmo enfrentando dificuldades. Com isso, o ser humano pode não só se sentir diferenciado dos outros e do ambiente, como também emergir enquanto alguém capaz de construir suas relações orientado pela mesma atitude de consideração da singularidade do outro. A partir disso, do reconhecimento das alteridades, é que se torna possível o desenvolvimento da criatividade e na participação da comunidade de forma mais ou menos construtiva (PLASTINO, 2009).

A cultura e a sociedade não estão desconectadas da natureza do homem, e sim integradas a ela. O limite dado pela sociedade se faz importante na inserção do indivíduo no mundo, porém o cerne de sua emergência é o acolhimento erótico, enquanto união com os outros, propiciado pelo ambiente. É Eros, o amor, que possibilita o limite, e não o contrário. O sentimento de culpa é o que leva o indivíduo a se responsabilizar por suas ações e a se importar com outro. Não é, portanto, um destino insuperável, mas o reflexo de um sentimento ético, que ao longo da vida se desdobra no sentimento de responsabilidade e construtividade, assim como na atitude de cuidado.

O ser humano se torna um sujeito a partir do outro. Isso não significa que sua singularidade seja negada, nem que ele seja apenas um produto da cultura, e sim que a complexidade do processo de sua constituição se dá tanto através do outro da cultura quanto do movimento espontâneo do próprio indivíduo. A singularidade é resultado de um processo histórico, no qual o reconhecimento das necessidades próprias de cada um é fundamental para a atualização das tendências naturais.

O verdadeiro *self* é parte da essência humana, mas não se apresenta como uma realidade efetiva, visto que integra um potencial constituído por tendências que dependem de um ambiente favorável para emergir. A partir de um meio que lhes é favorável, essas tendências deixam de existir apenas no plano da virtualidade para se atualizar na história concreta do indivíduo. Com isso, são despertados o sentimento de que a vida vale a pena, de concernimento, o movimento de reparação, assim como a compreensão da alteridade. Quando o ambiente inibe as tendências do infante, o que se manifesta é o “falso *self*”, resultado da adaptação de um ambiente invasivo, que frustrou algo de fundamental do vir-a-ser humano. O desenvolvimento emocional saudável está sustentado na expressão espontânea do sujeito, pois a normalidade e a saúde são indissociadas da espontaneidade e da criatividade.

Roussillon (1991) enfatiza em seus trabalhos a construção da intersubjetividade, ou seja, das relações interpessoais, como parte da constituição da subjetividade. Ela se faz na relação de um sujeito com seus objetos, que na verdade também são sujeitos que precisam ser reconhecidos como tais. Os seres humanos se constituem, se conhecem e se reconhecem no encontro com outros, que também são reconhecidos enquanto humanos. A constituição da subjetividade

depende da relação com o outro e, por conseguinte, a psicologia individual é, em um primeiro momento, uma psicologia social.

No início da vida humana, o infante se encontra em uma situação de total dependência para com o outro. Há um desamparo físico que torna a presença de um cuidador totalmente necessária para garantir sua sobrevivência e aliviar suas tensões internas e fisiológicas. Após esse momento inicial, o desamparo se torna psíquico. A nova dinâmica pulsional que foi gerada demanda um suporte não mais fisiológico, mas agora psíquico, e surgem demandas de afeto, reconhecimento, amor e palavra, sendo criadas novas relações de dependência (CECCARELLI, 2009).

Esse desamparo, constitutivo e estrutural do ser humano, singulariza-se a partir das relações de dependência estabelecidas em cada história. São inúmeros os destinos possíveis para ele, mas o principal são as relações com o outro, que cria a ilusão de conforto e acolhimento. Essa relação é primeiro construída com os pais, mas posteriormente é transferida para substitutos por quem se acredita ser amado e protegido. Os laços sociais construídos com o mundo externo são construções imaginárias e simbólicas para dar conta das situações de desamparo, são ilusões criadas por Eros para dar conta do desejo de proteção através do amor.

Figueiredo (2007) define a intersubjetividade transubjetiva como um outro englobante, que desempenha as funções de acolher, hospedar e alimentar. Isso significa contar com uma disponibilidade fora de si para suportar as sobrecargas de dificuldades emocionais, pois nela nossa mente pode suportar sobrecargas, o que no isolamento talvez não fosse possível. Ainda que, no início da vida, esse outro não seja percebido pelo indivíduo como diferenciado dele, viver de modo saudável depende que haja algo ou alguém que exerça aquelas funções. São agentes, que podem ser grupos, instituições ou indivíduos isolados, que estão implicados e comprometidos com o cuidar. Esta função caracteriza uma atitude de consideração pelo outro e suas necessidades, de reconhecimento da alteridade e seus correlatos, o que implica no respeito ao movimento espontâneo. Ele se faz no simples ato de prestar atenção e reconhecer aquele que é o alvo de tais ações naquilo que ele tem de singular.

O *holding* é uma de suas dimensões primordiais. É o que garante o sentimento de continuidade, permitindo a concepção de referências simbólicas e identitárias. Ele é imprescindível para a construção de um senso de realidade, porém

não é suficiente para dar conta de todos os impasses que surgem no decorrer da existência humana. Dessa forma, precisa ser construído e reconstruído pelos agentes de cuidados. Winnicott ([1960] 1983) ressalta que o *holding* se constrói não apenas no segurar físico, mas também na provisão ambiental, que por sua vez não se limita aos cuidados rotineiros e mecânicos, mas na empatia e no “viver com”. Contudo, não é uma função que deva ser sustentada ao longo da vida, pois para que seja de fato eficaz, está implicado também uma gradual separação entre criança e cuidador.

No espaço que o cuidador deixa livre e vazio, no qual não está presente, o sujeito pode exercer sua capacidade para criar o mundo à sua medida. Dessa forma, cuidado quer dizer levar o objeto-alvo a desenvolver suas próprias capacidades cuidadoras, reconhecendo sua potência e o chamando à responsabilidade sendo participante ativo do mundo, pois as funções cuidadoras são introjetadas, e, por sua vez, também são transmitidas no ato (FIGUEIREDO, 2007).

O cuidar possibilita o movimento de construção das relações do indivíduo com os outros, permitindo a cada sujeito “morar” no mundo, ter um lugar para viver e estar inserido em uma comunidade por meio dos laços sociais do qual ela emerge. A morada significa um lugar para ser, que supõe um mútuo reconhecimento, em uma relação de pertencimento a um coletivo.

Segundo o autor, desde sempre os infantes são objetos de prescrições e interdições que visam à sua integridade física e mental, assim como sua integração e participação na comunidade humana. São práticas que implicam na disposição do mundo em receber seus novos membros, e dizem respeito aos cuidados dirigidos a eles e que dão algum sentido à vida e nas vicissitudes da existência. Aos eventos que se sucedem são dados forma, sequência e estabelecidas ligações, construindo uma experiência de integração. Esse sentido se dá em oposição aos excessos traumáticos inerentes à vida, que de um modo ou de outro transcorre longe da estabilidade, permanência e perfeição.

Uma das formas possíveis de construção de vínculos no espaço institucional, conforme Carvalho, e cols. (2006), é a presença do adulto como representante de determinado papel a ser cumprido. O que é relevante não é a pessoa em si, mas as funções por ela exercidas para com aquela criança ou adolescente em suas necessidades específicas. O sujeito acolhido precisa saber que naquela instituição há um adulto responsável disponível para o cuidado e a escuta, ou seja, que relações

de confiança e suporte são estabelecidas. Sua disponibilidade, compreensão, escuta, apoio e favorecimento das narrativas tornam-se facilitadores dos relacionamentos.

3.4.

PROTEÇÃO E PERTENCIMENTO

A família, por mais disfuncional que seja, proporciona um sentido de pertencimento, pois é através do acolhimento por outro ser humano que o sujeito se constitui (ALTOÉ e cols, 2011; MOTA e MATTOS, 2008). Quando há uma relação com figuras primordiais inseguras, ocorrem dificuldades na relação com o mundo externo. Apesar disso, existe a possibilidade de reorganização de laços e vínculos, de manutenção de ligações afetivas e relações duradouras com figuras alternativas significativas. Para além do núcleo familiar, diversos outros grupos também se apresentam como capazes de dar conta do sentimento de pertença e da função de suprir uma necessidade de continência das angústias e servir como base para o desenvolvimento de um aparelho psíquico que possa, inclusive, ser continente para outros. A instituição pode oferecer o suporte e a segurança necessários para uma reestruturação psíquica e afetiva após a perda da família de origem, construindo com a criança uma relação de confiança.

A própria legislação determina que as entidades de atendimento devam garantir não só a estrutura física adequada para o acolhimento, mas também uma qualidade que estimule o desenvolvimento saudável. As “Orientações técnicas...” (2009) deixam claro que o afastamento familiar pode gerar repercussões negativas para o desenvolvimento da criança se ocorrer por um período de tempo muito longo, ou se o serviço de atendimento prestado não tiver a qualidade necessária para assegurar as condições mínimas de desenvolvimento. Os serviços de acolhimento não são necessariamente nocivos ou prejudiciais, pelo contrário, têm o potencial de minimizar o impacto do abandono ou afastamento familiar através de experiências reparadoras.

Siqueira (2006), por exemplo, mostra que a instituição se apresenta para muitos adolescentes como o principal contexto de desenvolvimento. Relações satisfatórias são construídas com a equipe profissional, com as outras redes de

apoio, e vínculos de amizade são formados com os pares. Porém, as relações em outros ambientes não são tantas quanto dentro do espaço institucional e tais vínculos não costumam ser tão fortes. Tal configuração indica que a integração com a comunidade em geral ainda é frágil, o que aponta para algumas limitações ainda presentes em se concretizar os objetivos previstos em lei. Verifica-se, entretanto, que, embora as relações com os pares assumam papel fundamental na adolescência, sendo fonte de apoio e compreensão e contribuindo para o desenvolvimento afetivo e psicossocial, estas são demasiado frágeis e, às vezes, de pouca durabilidade e consistência, não podendo satisfazer os níveis de segurança necessários ao adolescente (MOTA e MATTOS, 2008).

Dessa forma, foram os adultos os mais citados na pesquisa realizada por Siqueira (2006) como fontes de suporte, pois, frente a situações adversas, são eles os mais capacitados a oferecer assistência de um modo geral. O histórico de carência ou mesmo falta de base familiar e de recursos socioeconômicos, além de expectativas muitas vezes baseadas em um modelo assistencial, contribui para o que é oferecido pelos adultos seja valorizado. Tanto o suporte emocional e afetivo quanto o instrumental e material foram mencionados na referida pesquisa com a mesma força expressiva. A autora conclui que as possibilidades do abrigo estão para além das demandas materiais, mas também compreendem a construção de um ambiente onde exista segurança, confiança e compartilhamento de sentimentos, de modo a operar como fator de proteção.

Foi observado ainda que a família era frequentemente relatada como a fonte de relações de apoio mais importante, ainda que as relações dentro da instituição fossem menos conflituosas, mais contínuas e com menos rompimentos que no ambiente doméstico. Essa confiança pareceu ser o reflexo mais de uma idealização e de um desejo de estar integrado a esse núcleo que uma construção real e efetiva. Os conflitos vividos dentro da instituição contribuem para construir a imagem idealizada da família, na qual não haveria dificuldades e embates. A diminuição da convivência, ou mesmo a distância ou o rompimento de tais relações, também contribui para seu enaltecimento, possibilitando inclusive que os momentos ruins anteriormente vividos fossem atenuados. Há com isso uma dissociação entre a “família pensada” e imaginária, e a “família vivida”, que se desvela na realidade. Porém, com relação à própria institucionalização, os discursos analisados por Siqueira (2006) se revelavam ambivalentes, havendo, por um lado, uma idealização

da vivência na instituição, e, de outro, fortes críticas relacionadas às experiências negativas, como falta de relações de afeto e de liberdade.

Em *Romances familiares* ([1909/1908], 2010), Freud mostrou que fantasias e devaneios de caráter hostil de uma criança para com seus pais são, na verdade, uma reação diante de um passado recente, quando eram idealizados. Nelas, podia acontecer a substituição do pai ou mãe real pela imagem que anteriormente tinham aos olhos da pequena criança. Com isso, Freud indica que se libertar da autoridade dos pais faz parte do movimento de crescer, é um ato necessário, ainda que doloroso.

Dessa forma, os adolescentes em situação de acolhimento costumam apresentar certa ambivalência com relação à ideia de família: de um lado, a fantasia de que este seria um lugar ideal, marcado pelo acolhimento e proteção, capaz de dar conta do sentimento de desamparo; de outro, lembranças permeadas por certo rancor pela relação perdida. De um modo geral, muitos entrevistados na pesquisa apresentada por Tinoco (2007) manifestavam o desejo de construir suas próprias famílias, almejando assim poder resgatar a imagem positiva dela e revivê-las de acordo com suas expectativas.

A autora também expôs que, na maioria dos casos, a separação se dá com pessoas que ainda estão vivas e que deveriam estar cuidando e investindo afetivamente naquela criança ou adolescente. Isso mobiliza ambivalências dirigidas não só para as lembranças relacionadas a essas pessoas, mas também para a própria instituição: esta representa o abandono anterior, além de ser uma relação que não é construída sem dificuldades, o que gera inúmeras queixas; paradoxalmente, as experiências e vínculos estabelecidos que sejam significativos de alguma forma, e a sua presença na vida dos adolescentes, lhes representam a proteção necessária e faltosa.

Levy e Jonathan (2014) revelam que, a princípio, o discurso sobre a instituição enfatiza aquilo que ela traz de negativo, sendo descrito a partir da sensação de aprisionamento provocada por regras às vezes impostas de forma arbitrária. Também perceberam que as frustrações eram intensificadas pela falta de informações sobre seus próprios destinos, assim como os de amigos e parentes que haviam passado pelo mesmo lugar e ido embora sem a possibilidade de despedida. No entanto, as autoras constataram que a oportunidade de falarem sobre esses

sentimentos negativos lhes possibilitava ressignificar as vivências e elaborar novas narrativas, que pudessem também incluir as experiências positivas.

Diversos autores (ARPINI, 2003; TINOCO, 2007; SIQUEIRA e cols., 2011) entendem que o discurso dos adolescentes sobre o acolhimento revela lembranças menos traumáticas que aquelas relativas à experiência familiar, pois ali encontraram um lugar de apoio e reestruturação da vida. A instituição representou um lugar de proteção, quase de resguardo diante das possíveis ameaças e riscos que permeavam suas vidas. Torna-se então uma referência ainda mais forte que a própria família, mobilizando sentimentos de pertencimento e de acolhimento, e compensando a falta de motivação e engajamento das famílias e a fragilidade dos vínculos.

Winnicott ([1962] 1983; [1950] 1997) ressalta a importância da presença de outras unidades sociais que possam dar o suporte necessário ao processo de amadurecimento, caso os pais não consigam proporcionar um ambiente estável. Como indicam Arpini (2003), Tinoco (2007) e Siqueira e cols. (2011), o tempo de contato de um sujeito com uma estrutura institucional propiciadora de experiências positivas pode contribuir para diminuir as dificuldades emocionais decorrentes das experiências anteriores.

Para ter um efeito terapêutico e estimular o crescimento individual, porém, esse processo precisa dar-se no decorrer de um período bastante longo. Antes que possa se desfazer de suas defesas e elaborar seus sentimentos e lembranças, a criança precisa ganhar confiança no novo ambiente, em sua estabilidade e em sua capacidade de objetividade. Ela precisa crer que existe algo no mundo, os objetos, que não são apenas bons, mas também confiáveis e duráveis, e que também sejam capazes de se recuperar após se machucar, ou mesmo perecer (WINNICOTT, [1962] 1983; [1950] 1997).

De acordo com isso, a meta de uma instituição de acolhimento deveria ser oferecer um ambiente de ordem, e não de caos. Isso implica que o cuidador se adapte às necessidades específicas da criança e do adolescente, fornecendo o *holding* necessário, de modo a reconhecê-los enquanto sujeitos com suas particularidades. O ambiente suficientemente bom une o conjunto não organizado de fenômenos sensorio motores do indivíduo, de forma a permitir a construção do seu *self*, organizar seus conteúdos internos, e reunir memórias de experiências vividas. Com isso, a criança fica protegida das intrusões indesejáveis do mundo

externo, e de seus próprios impulsos e dos efeitos destes. Tendo as funções de continência exercidas pelo meio, é possível atingir uma integração pessoal.

Mas para que haja a ordem necessária, é preciso também a estabilidade e a constância do meio. É preciso haver um equilíbrio entre a severidade, à medida que esta não signifique rigidez ou autoritarismo, e justiça. Isso permite aos adolescentes descobrirem valores humanos e positivos entre eles mesmos. Winnicott (1962 [1983]) lembra que a criatividade está articulada com a noção de limites, portanto, é preciso que haja um espaço protegido para exercê-la sem riscos. Não existe um conteúdo organizado sem que haja um continente para lhe dar forma.

Bowlby (1976/77; 1970/73 [2006]), por sua vez, apresenta o conceito de *base segura* significando as relações que permitem às crianças se distanciar das figuras de ligações, podendo retornar a elas assim que desejarem ou necessitarem de alguma forma de apoio ou proteção. Por serem curiosas e indagadoras, com frequência elas se afastam dos pais ou cuidadores, configurando padrões de afastamento e aproximação, que costumam ser alternados ao longo da vida. É preciso que os pais compreendam e respeitem o desejo das crianças de explorarem o meio para que elas possam, gradualmente, ampliar suas relações com outros indivíduos. Aos poucos, elas se afastam daqueles com quem desenvolveram relações de afeto cada vez com mais frequência e por períodos mais prolongados, podendo manter contato ou mesmo retomar a proximidade.

Essa base costuma ser sua família de origem, mas também podem ser relações que durem por tempo prolongado, propiciando ao indivíduo desenvolver um bom modelo representacional de si mesmo. Mesmo que nesse momento as relações tenham importância decisiva para a personalidade, a necessidade de uma figura de ligação que forneça uma base pessoal segura não se limita à infância, mantendo-se na adolescência e mesmo na vida adulta.

Uma instituição de acolhimento deve oferecer uma *base segura* a partir da qual as crianças ou os adolescentes possam explorar a si mesmos e estabelecer vínculos consistentes. De acordo com Altoé (2010), uma das funções do cuidador é encorajá-los a examinar as situações nas quais se encontram e ajudá-los a perceberem mais claramente suas próprias reações e emoções, assim como a capacidades de tomar decisões sobre si mesmos.

Os principais referentes identificatórios que os sustentarão no laço social estarão principalmente na figura daqueles que acreditaram neles e em quem eles

acreditaram, sejam os profissionais dos serviços, sejam outros adolescentes (BECKER, 2002). A manutenção da instituição como referência representa que as relações formadas foram significativas e podem continuar a fazer parte de sua história pessoal. São referências estáveis que funcionam como continente para aqueles que, tendo permanecido na instituição por algum tempo, serão desligados em função da maioridade. Ainda que seja apenas um lugar de passagem, os adolescentes farão o movimento de conservarem as referências institucionais, levando-as consigo ao sair. É um apoio simbólico que permite ter alguma base sobre a qual poderá emergir suas próprias potencialidades, e contribuir para que os impasses da vida sejam atravessados da melhor forma possível. Saber que haverá algo de significativo a ser levado pode diminuir o sentimento de desamparo.

4.

ENTRAR NA VIDA ADULTA

4.1.

RISCOS E VULNERABILIDADE SOCIAL

No caso de jovens em situação de acolhimento institucional, que precisam sair do local onde moram em função de suas maioridades, é grave a falta de políticas públicas por parte do Estado. De acordo com Martinez e Silva (2008), a ausência de programas de reintegração familiar, o longo vínculo com a instituição e a baixa escolaridade desses adolescentes faz com que a transição se constitua como “um momento que faz aflorar as contradições históricas, a falência das políticas de proteção e o não cumprimento da função do abrigo, tal como assegura o ECA” (MARTINEZ e SILVA, 2008: 117).

Vale lembrar que o caráter protetivo e de garantia de direitos que rege a legislação para a infância e adolescência é definido em função da compreensão dos adolescentes enquanto indivíduos em desenvolvimento. Contudo, como será visto adiante, o crescimento humano não se dá de forma linear e uma independência completa nunca é alcançada de fato. A proteção prevista no ECA, e em outras leis e normativas, e oferecida pela instituição, apresenta-se de forma provisória e não oferece muitas garantias de cidadania e dignidade para os adolescentes em um momento posterior.

Ao chegarem próximos à idade da desinstitucionalização, os adolescentes se deparam com um forte sentimento de desamparo. A falta de um suporte que lhes dê segurança para seguir adiante com alguma independência e autonomia se faz presente duplamente, já que não contam nem com o aparato do poder público nem com o suporte familiar. Ao completarem 18 anos, precisarão ter desenvolvido condições mínimas para dar conta o mundo fora do abrigo, sendo totalmente responsáveis pela própria sobrevivência e não mais recorrendo ao auxílio de outras pessoas ou instâncias.

Observa-se que, principalmente com relação aos jovens de classe média e alta, há um prolongamento da adolescência, com a demora de sair da casa dos pais ou responsáveis e a postergação da inserção do mundo profissional em detrimento de maior especialização. As exigências do contexto socioeconômico atual demandam que o adolescente deva preparar-se para ingressar no mercado de trabalho, estudando e profissionalizando-se. Para os adolescentes das classes socioeconômicas menos favorecidas, na qual se inclui os que estão em instituição de acolhimento, esse ingresso precisa ocorrer com certa antecedência, o que, por sua vez, também acaba por implicar em um imperativo de amadurecimento.

Diante da necessidade de autonomia dos adolescentes, uma das formas da instituição prover o cuidado adequado é prepará-los para a profissionalização. Cerca de 60% das entidades inspecionadas Conselho Nacional do Ministério Público (BRASIL, 2013) procuram oportunizar essa inserção inicial no mundo do trabalho. Assim, ao completarem 18 anos os adolescentes atendidos por essas entidades já terão trabalhado formalmente, principalmente como estagiários de programas como o Jovem Aprendiz¹, como mostra a pesquisa de Levy e Jonathan (2014). São experiências que permitem a eles se acostumarem e se familiarizarem com as rotinas de modo a não se depararem repentinamente com as responsabilidades de atividades laborativas. A profissionalização também é uma oportunidade para que aprendam a se organizar financeiramente.

Apesar disso, alguns adolescentes apresentam dificuldades em se adequarem à organização de um ambiente de trabalho, e, com frequência, levantam questões relacionadas às regras e conflitos com autoridades, além da frustração por exercerem atividades que, a princípio, não envolvem seus principais interesses. Ao mesmo tempo, apesar da insatisfação por vezes demonstrada, muitos adolescentes têm um entendimento positivo do trabalho, à medida que este possibilita certa independência financeira e algum acesso aos bens de consumo.

Torres e cols. (2010) mostram que jovens costumam absorver para si a valorização moral do trabalho, entendendo este não só como elemento da dignidade

¹ O Jovem Aprendiz é um programa de aprendizagem que permite a inserção no mercado de trabalho, em empresas de médio e grande porte, de acordo com os parâmetros da Lei nº 10.097, de 19 de dezembro de 2000, que altera os dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e estipula a proibição de trabalho aos menores de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, a partir dos 14 anos. Para participar é necessário estar estudando ou então já ter concluído a educação básica. O programa dá preferência aos jovens que estudam em escolas públicas e também àqueles que mantêm a frequência escolar e boas notas (Disponível em: <<http://www.pronatec2015.com>>).

humana, mas também como recurso que os protege diante das possíveis proximidades com a ilicitude. Isso contribui para que a sociedade de modo geral apoie e sustente a precocidade do trabalho. Os autores revelam ainda que os próprios jovens podem desejar se submeter ao subemprego por uma ânsia pela fonte de renda urgente, sem planejar ou buscar com mais calma um trabalho que garanta seus direitos e onde poderão melhor usar seu potencial.

De um modo geral, adolescentes de classes mais empobrecidas estão sujeitos ao trabalho desprotegido, exercendo atividades por longas horas, com baixos salários e sem a garantia dos direitos devidos, estando mais suscetíveis ao subemprego. O baixo grau de satisfação com as tarefas executadas não é exclusividade dos adolescentes acolhidos institucionalmente, nem é motivada apenas pelas suas resistências e imaturidade, mas também pelas próprias condições de trabalho com as quais se deparam.

Quanto aos riscos do trabalho na adolescência, é preciso ressaltar que, apesar de sua relevância nesse contexto, este deve estar de acordo com os parâmetros de proteção da lei. Se a equipe técnica estiver atenta a essas questões, como o respeito ao horário adequado, proteção ao trabalho insalubre e perigoso, registro em CTPS e outras garantias, há maior segurança de que no futuro eles não estejam submetidos à privação dos direitos. Com o incentivo à escolarização, à profissionalização e à inserção no mercado trabalho busca-se evitar que, ao saírem do local, venham a reviver as mesmas condições precárias que motivaram o seu acolhimento. No entanto, há que se ter em mente que tais objetivos nem sempre se cumprem, o que acaba direcionando esses adolescentes/jovens para o subemprego/emprego informal.

Todavia, antes da profissionalização, um dos principais instrumentos para a promoção do bem-estar e elevação das condições socioeconômicas dos jovens é a educação. Além de instrumentalizá-los, ela permite a construção de relações sociais e redes de apoio. Entretanto, muitas vezes o imperativo de fonte de renda imediata se sobrepõe, e os empurra para o mundo do trabalho, o que compromete sua inserção na escola, assim como o êxito dentro do sistema educacional. Paradoxalmente, mesmo que apresentem resistência e dificuldade em se dedicar aos estudos, os adolescentes demonstram ter consciência da importância da educação formal para a construção do futuro.

Vale lembrar que a vulnerabilidade social não se reduz à pobreza, mas também está relacionada com a negação de certos direitos e ao acesso a bens e equipamentos, como lazer e cultura, assim como ao difícil acesso aos serviços de saúde, educação, entre outros. São elementos que estão para além da renda ou da posse de bens e que possibilitam o enfrentamento das barreiras sociais, aumentam a capacidade de grupos ou indivíduos em responder a crises e a modificar realidades, assim como dificultam a sua sujeição a coerções violentas. Abramovay e cols. (2002) mostraram inclusive que o simples avançar dos indicadores socioeconômicos na América Latina não foi suficiente para reduzir os índices de violência. Apesar disso, a participação dos jovens como protagonistas de seu desenvolvimento pode ser uma alternativa suficiente para reduzir sua vulnerabilidade. Esta pode ser entendida como:

“[...] resultado negativo da relação entre a disponibilidade dos recursos materiais ou simbólicos dos atores, sejam eles indivíduos ou grupos, e o acesso à estrutura de oportunidades sociais, econômicas, culturais que provêm do Estado, do mercado e da sociedade.” (ABRAMOVAY e cols, 2002: 29).

Apesar da mudança que lentamente se faz do entendimento do que se espera das entidades de acolhimento, criando-se uma compreensão mais positiva acerca deste, as representações sociais dos adolescentes ali inseridos se mantêm na ordem do abandono, do desvio e mesmo da potencial periculosidade. A sociedade, de forma geral, extremamente influenciada pela mídia, não acompanha com o mesmo ritmo as mudanças de paradigmas e práticas institucionais promovidas pelas legislações e propostas governamentais. O imaginário social mantém a ideia de que algo falhou em suas histórias, marcadas pela vulnerabilidade social, mas principalmente continua reafirmando que estão sempre na iminência da marginalidade (ARPINI, 2003).

Mesmo no imaginário dos próprios adolescentes tais riscos são presentes. Ainda que a entrada na instituição de acolhimento seja motivada por situações diferentes da entrada em instituições de medida socioeducativas, ambos os adolescentes, em acolhimento institucional e em conflito com a lei, têm em comum em suas origens a vulnerabilidade e o risco social. Mesmo que o adolescente acolhido nunca tenha se envolvido com nenhum grupo ilícito ou cometido qualquer tipo de ato infracional, o risco da marginalidade paira sob seu entorno como uma

possibilidade sempre presente e bastante assustadora. Segundo Gonsalves (2005), em estudo com jovens das classes socioeconômicas mais desfavorecidas da região metropolitana do Rio de Janeiro, verificou-se que a tríade drogas-violência-tráfico é uma das principais preocupações em relação a eles. Essas questões não surgem isoladas umas das outras. O uso de drogas remete aos possíveis problemas a serem enfrentados, como o comprometimento das relações e dos projetos futuros. Do mesmo modo, a violência se mostra onipresente em suas vidas e condiciona as escolhas que farão.

Além disso, como esses jovens são cada vez mais chamados à autonomia, esta passa a não ser só valorizada como ativamente buscada. Isso pode acabar repercutindo em situações como a gravidez na adolescência, que muitas vezes não acontece pela falta de informação, mas por uma busca em assumir a posição de adulto, saindo do lugar de filho e abandonando a posição infantil (GONÇALVES e GARCIA, 2007).

Levy e Jonathan (2014) mostram que uma das questões que permeiam o processo de desinstitucionalização é o que significa “dar certo” fora do abrigo. Tal expressão indica o êxito em se estabelecer “no mundo lá fora” de acordo com os parâmetros impostos na sociedade, ou seja, estar minimamente estruturado socioeconomicamente sem romper com as normas do laço social. Os adolescentes entrevistados temiam pelo seu futuro, o que em alguns casos era suscitado a partir do contato com antigos adolescentes acolhidos, no momento já adultos, que não haviam “dado certo”: não haviam conseguido se manter de acordo com as demandas da sociedade e se encontravam morando nas ruas ou presos. Em contrapartida, outros que haviam dado continuidade aos estudos e estavam trabalhando, mesmo que em condições mínimas para o sustento, lhes proporcionavam alguma perspectiva positiva sobre a possibilidade de construção de trajetórias alternativas àquelas que haviam motivado o acolhimento.

Desse modo, apesar das diversas dificuldades e inseguranças que pairam sobre processo de desinstitucionalização, os adolescentes criam expectativas e desejos com relação ao seu futuro, ou seja, a vida após a saída da instituição, se apropriando dos valores tradicionais e com base nisso, constroem projetos de vida para si (SIQUEIRA, 2006). Eles costumam ansiar por obter autonomia através do trabalho aceito socialmente, assim como formar sua própria família. Ao expressarem desejos de dar continuidade a suas vidas através dessas conquistas,

pertencendo a uma família, trabalhando e estudando, recorrem a valores que podem inverter uma condição socioeconômica e familiar desprivilegiada e fragilizada.

4.2.

AUTONOMIA E ADOLESCÊNCIA

Um debate sobre a adolescência em situação de risco e vulnerabilidade social vem tomando cada vez mais espaço na mídia e no senso comum, principalmente neste último ano, quando o tema da redução da maioridade penal e sua possível aprovação ganhou destaque. Há mais de uma proposta acerca dessa mudança, algumas mais outras menos rígidas, contudo, elas têm em comum a compreensão do adolescente como completamente responsável pelos seus atos e decisões, o que possibilita que ele seja punido como um adulto. Essa é uma discussão muito extensa, que não é o foco desse trabalho, apesar de atravessar a condição dos adolescentes de quem falamos. O que se discute aqui é o que de fato significa ser adolescente, para si e para os outros que os cercam e tudo o que isso implica em um momento em que a lei, o Estado e a sociedade os impelem para uma total autonomia.

O imaginário acerca da adolescência a supõe como universal, esquecendo com isso os panos-de-fundo sociais, econômicos e políticos nos quais ela é construída. Ela é socialmente apresentada como uma fase da vida situada entre a infância e a vida adulta, na qual o indivíduo transita, se preparando para assumir totalmente a segunda.

Segundo Philippe Ariés (1981), o início da definição de adolescência começou a surgir por volta do início do século XX, se tornando generalizado após a Segunda Guerra Mundial. Surge como uma nova fase da vida, que, diante de uma sociedade já considerada como antiga, passa a ser depositária de novos valores. O autor afirma que a adolescência implicou em uma fonte de preocupações por parte de moralistas e políticos, ao mesmo tempo em que também passou a ser visto como o melhor momento da vida.

Já Gonsalves (2005) expõe que o interesse social e o acadêmico referente à adolescência e à juventude foram, em sua maioria, conduzidos pela ótica do

negativismo. Isso porque o imaginário social associa a população dessa faixa etária a questões como a criminalidade e comportamentos disfuncionais. Em decorrência disto, o interesse nesse grupo acabou tendo o controle e a correção como eixo norteador.

Ao longo dos séculos passados, a definição da infância e da adolescência era imprecisa, tanto em relação à demarcação cronológica quanto aos outros atributos: alguns registros escritos da Idade Média costumavam definir a adolescência como o período no qual a pessoa estaria apta para procriar, já em outras épocas ela era confundida com a infância. O nome, sobrenome e a idade, dados que caracterizam um indivíduo, são produtos da civilização técnica e que compõem os hábitos da sociedade civil e moderna. No início do século XVII não havia muita distinção quanto ao comportamento próprio de cada idade, o que se estendia, inclusive, para as diversas atividades sociais, como jogos, profissões e armas. Não havia uma separação muito rigorosa entre as brincadeiras e jogos apropriados a cada idade, nem pudores quanto ao que se falava na frente dos infantes. Acreditava-se que eles seriam alheios e indiferentes quanto à sexualidade, não sendo atingidos por gestos e alusões ao tema, assim como não se acreditava na inocência infantil, de modo que ela não poderia ser maculada (ARIÉS, 1986).

A sociedade atual, por sua vez, impõe uma moratória aos adolescentes, segundo revela Calligaris (2000): mesmo que já tenham aprendido as principais regras e valores morais de seu meio, ainda precisam passar por um tempo de espera antes de serem reconhecidos como adultos. É um tempo de suspensão que se dá entre a chegada da maturação dos corpos e a autorização para realizar todos esses valores e saberes que lhes foram passados.

Parte das suas dificuldades de relacionamento deriva de uma insegurança, cuja origem está na perda da garantia de amor dos adultos, sem que haja outra forma de reconhecimento devido. Os adolescentes desejam ter acesso ao mundo dos adultos, mas, para isso, dependem do reconhecimento do seu olhar.

A adolescência é uma fase que representa um ideal que concretiza o sonho de autonomia e liberdade. No entanto, ao construírem ativamente as suas redes de significados, suas buscas por sentido e participação, suas atitudes correm o risco de serem entendidas como atos de violência e de confronto deliberados, ainda que sejam formas de reivindicações. Com isso, surge um embate entre seus desejos e o anseio de controle da ordem social, que os qualificam como desviantes e os

tratam como objetos de intervenções normativas (CALLIGARIS, 2002; GONSALVES, 2005; SOARES, 2012). Porém, suas transgressões podem ser uma demanda por reconhecimento, e disso se desenvolvem alguns padrões de comportamento. Calligaris (2002) destaca alguns deles: o que chama de adolescente gregário, aquele que considera outros adolescentes como seu grupo e família verdadeiros, isolando-se dos adultos; o delinquente, que transgride e atua justamente para demandar a repressão (ou seja, atenção); o toxicômano, que rompe momentaneamente com a permanência da insatisfação; e o que se enfeia, desafiando os padrões estéticos dos adultos, assim como sua aprovação. Tais condutas almejam mostrar para o outro que a sua vida não é um limbo preparatório, mas sim que já está acontecendo, da mesma forma que a vida adulta.

De acordo com Winnicott ([1961/1963], 1983), o desenvolvimento humano ocorre através de etapas que correspondem ao grau de independência. Crescer e amadurecer são processos gradativos que apresentam recuos e avanços, principalmente na adolescência, cujas inconstâncias integram o processo comum e saudável, porém suscetível aos quantitativos de tensão social e à capacidade do indivíduo de suportá-los.

A primeira fase que se manifesta é a da “Dependência Absoluta”, na qual o bebê carece por completo de um ambiente que dê conta de todas as suas necessidades para sobreviver psíquica e fisicamente. Aos poucos, ele entra na “Dependência Relativa”, momento de adaptação gradativa, quando começa a tomar ciência de que ele e sua mãe são indivíduos separados, o que até então não era percebido. Ao longo do crescimento, a criança vai cada vez mais conhecendo o mundo externo e se defrontando com ele, além de ir se identificando com a sociedade. Essa nova fase é definida como “Rumo à Independência”, o que indica que essa característica pode ser um direcionamento a ser seguido, mas que atingir a maturidade e a independência absoluta é algo raro. A adolescência traz em si uma contradição: a concomitância entre a independência desafiadora e a dependência regressiva. O adolescente deseja, ao mesmo tempo, a liberdade e o controle e cuidados familiares.

O triunfo da adolescência é a construção da maturidade através de um processo, no qual se pretende alcançar o status de adulto. Mais que puberdade física, é um período de crescimento, que se desenvolve através de um entrelaçamento complexo entre o indivíduo e um meio facilitante. A única saída para o momento é

a passagem do tempo, que irá resultar na pessoa adulta, quando o indivíduo se torna capaz de viver uma experiência pessoal satisfatória, ao mesmo tempo em que se envolve com o resto da sociedade.

Quanto a isso, a própria definição de infância foi sendo construída com base na ideia de dependência. Foi apenas ao longo do século XVII que o termo ganhou uma definição mais próxima da que conhecemos atualmente, sendo delimitada não por fenômenos biológicos, mas pela ideia de dependência. Sair da infância significava não mais depender de outros. (ARIÉS, 1986).

No entanto, a imaturidade nos adolescentes é sinal de saúde, e é preciso que os adultos reconheçam isso e garantam a estabilidade do meio através de sua própria maturidade. A responsabilidade precisa ser assumida pelas figuras parentais ou cuidadores, pois se isso não ocorrer, o indivíduo pode assumir uma falsa maturidade, baseada na personificação do adulto.

No contexto do acolhimento institucional, há o risco de que a maturidade seja apressada e forçada, principalmente à medida em que os adolescentes se aproximem dos 18 anos. Comportamentos como: dificuldades em cumprir horários e se comprometer com responsabilidades do trabalho e da escola, quando dentro de certo limite, são impasses comuns à fase. Porém, sinais mais nítidos de dependência e de demanda de acolhimento, assim como a necessidade de limites por parte do meio, não só podem acabar sendo reprimidos por parte dos cuidadores, como provocam angústia, pois seria indicativo das dificuldades em sobreviver ao “mundo lá fora”, o mundo dos adultos e da autonomia. Com isso, constroem-se fantasias sobre o que é ser adulto: a eliminação de qualquer sinal que remeta à adolescência, incluindo a impossibilidade de momentos de descontração ou diversão.

Em face do novo posicionamento que precisarão ter diante do mundo, sair da instituição significa crescer (LEVY e JONATHAN, 2012). Tais inseguranças não impedem que os adolescentes de fato estejam atravessando um processo de amadurecimento. Ao serem confrontados com a entrada na vida adulta, eles se deparam com suas próprias potencialidades e limitações, e procuram reconhecer quais serão os enfrentamentos dali em diante e se preparar para manejá-los e contorná-los. Aos poucos, espera-se que aprendam através das experiências e de reflexões a se posicionarem no espaço social de modo saudável e construtivo.

Nessa discussão, é preciso ter claro que autonomia e independência não são sinônimos. De acordo com o que foi visto de Winnicott ([1961/1963], 1983), a

independência por completo não é algo possível. Para poder viver, o ser humano sempre necessitará de algo que venha do outro, seja da ordem do afeto e da subjetividade, seja da ordem da provisão de recursos materiais. Esse outro, a quem é sempre demandado algo, pode se concretizar na forma de indivíduos ou de instituições e estruturas da sociedade. As próprias resoluções sobre as questões falam na promoção da autonomia e não em independência (BRASIL, 2009).

Soares e Camargo Jr. (2007) apresentam a discussão sobre o conceito de autonomia no campo da saúde, focando as relações entre os profissionais/familiares e os pacientes. Aqui adotamos suas considerações para refletir sobre a possibilidade da promoção da autonomia dentro das entidades de acolhimento. Segundo os autores, a autonomia é uma produção que implica certa complexidade, pois está inserida em redes de dependências maleáveis. A necessidade de ajuda do outro não diminui o seu potencial, pois não há como se falar do indivíduo como isolado do coletivo: um afeta o outro, produzem e são produzidos mutuamente. Cada indivíduo é único, mas ainda assim não pode ser pensado fora da sociedade e da cultura. Não há como pensar a autonomia no campo da saúde sem considerá-la também nos campos mais gerais da política e da vida. Afirmá-la como valor implica na busca por relações democráticas entre profissionais e pacientes ou entre os adolescentes e os diversos adultos que atravessam suas vidas.

A dependência pode ser entendida como a necessidade de cuidado ou auxílio do outro, o que jamais se esgota; autonomia é a capacidade de tomar as próprias decisões que repercutirão no rumo de sua vida. É poder construir projetos de vida e geri-los, ainda que haja necessidade de auxílio do outro para concretizá-los. Isso implica ser capaz de ter o controle e a responsabilidade pela própria vida, conseguindo tomar decisões de forma não alienada, com alguma propriedade e conhecimento acerca da realidade onde se insere. Poder gerir a própria vida passa pelo reconhecimento dos limites e das alternativas existentes, respeito ao outro, valorização das subjetividades, saberes e valores. A autonomia não existe de modo absoluto: ser autônomo é também reconhecer a necessidade do outro nos diversos planos da vida.

Mas para que a autonomia seja de fato promovida, o que é preciso superar é a dimensão autoritária e paternalista das relações entre pacientes e profissionais e familiares, apontam os autores. No contexto desta discussão, a superação se dá a partir da não submissão e alienação do adolescente diante da instituição e das

decisões sobre sua vida, assim como em relação à rede com a qual se relaciona ou se relacionará depois do desacolhimento (SILVA, 2010). Autonomia também implica em poder exercer sua cidadania de modo completo. Esta não se resume à inserção no mundo profissional, mas também inclui o incentivo ao senso crítico e consciência dos processos aos quais estão submetidos. É preciso reconhecer que os adolescentes tenham espaço e voz, respeitando seus valores, expectativas, demandas e objetivos.

No entanto, seu fortalecimento costuma ser direcionado principalmente na preparação para o mercado de trabalho. Por serem atravessados por anseios e preocupações que envolvem a necessidade urgente de fonte de renda mínima, a profissionalização e inserção no mercado de trabalho acabam não sendo compatíveis com os desejos e expectativas dos adolescentes. É comum a instituição impor algo sem considerar o que eles têm a dizer sobre e como se sentem com relação a tal (SILVA, 2010). São preocupações pertinentes diante da realidade que o adolescente egresso do serviço enfrentará, pois, suas expectativas podem não ser compatíveis com as exigências desta. Todavia, estimular a autonomia não significa deixá-los desprotegidos ou incentivar a construções de perspectivas muito longe de seus alcances, mas sim dar espaço às suas opiniões e anseios, de modo a incentivá-los a procurar soluções e alternativas compatíveis com as demandas da sociedade sem precisar silenciar por completo seus desejos.

5.

PODER SEGUIR ADIANTE

5.1.

LUTO

O limite temporal para os cuidados oferecidos é uma das características inerentes à instituição de acolhimento, fundamentando sua existência. É uma questão que marca todo o processo desde o início e mobiliza angústias desde então, pois é uma proteção que tem prazo limite para sua atuação.

A saída compulsória se torna mais real e nítida à medida em que o adolescente vai ficando mais velho e, na proporção inversa, vão diminuindo suas possibilidades de adoção ou de retorno familiar. Aos poucos, a certeza do momento vai se tornando mais presente, tanto para a equipe quanto para os próprios adolescentes. O que vem depois é o desconhecido e a ameaça de reviver o desamparo. O fato de o espaço se constituir e ser reconhecido como lugar de proteção e cuidado não lhes é garantia de que viverão experiências semelhantes após a saída, tornando esse momento um tanto assustador.

Sair da instituição compulsoriamente expõe a certeza de que não conseguiram ter acesso a uma família de acordo com os padrões esperados, além de também representar que a entidade não deu conta de seus propósitos: reintegrá-los ou encontrar família substituta. Mesmo experienciando um novo meio suficientemente bom e construindo novos laços com outras pessoas, a perda dos vínculos com a família de origem e pessoas importantes nas experiências anteriores precisa ser elaborada através de um processo de luto. Ainda que seja um processo que se desperte a partir de perdas, esta é também uma etapa necessária para a formação de novos vínculos.

A perda que desencadeia o processo de luto pode ser tanto concreta quanto simbólica, mas se trata de uma perda que altera o significado da vida. O indivíduo então precisará se adaptar ao mundo sem a presença do objeto perdido, assim como precisará buscar novos significados em novos objetos. A vivência adequada do

processo de luto possibilita uma reorganização psíquica e afetiva, a formação de novos vínculos e a continuidade da vida de modo mais saudável.

Em *Luto e Melancolia*, Freud ([1915] 2010) mostra que há certa medida para o direcionamento da capacidade amorosa: após se dirigir para o ego no início do desenvolvimento, a libido passa a ser direcionada para objetos externos, que, por sua vez, são incorporados ao próprio ego. Se eles são destruídos ou perdidos, a capacidade amorosa é liberada para recorrer a outros objetos ou retornar temporariamente ao próprio indivíduo. Porém, há momentos em que a libido se apega aos objetos perdidos mesmo quando dispõe de substitutos, e não renuncia aos anteriores, tornando seu desprendimento um processo demorado.

O luto implica uma perda objetal, seja concreta ou de alguma abstração que ocupou o lugar de um ente querido. Através do teste de realidade o indivíduo percebe que o objeto ao qual ele dirigia seu investimento afetivo já não está mais presente, gerando um desapontamento. Tal relação acaba por ser destroçada, exigindo que a libido retire suas ligações do objeto. Por conseguinte, em vez de a libido ser deslocada para outro objeto passa a ser direcionada para o próprio ego, provocando uma identificação com o objeto abandonado. A perda objetal é antes uma perda que acontece no próprio ego.

Durante esse trabalho o ego fica absorvido, levando à inibição e à perda de interesse no mundo externo. É necessário tempo para que a libido seja libertada do objeto perdido, o que raramente acontece com facilidade, mesmo que já haja a presença de um objeto substituto. As lembranças e afetos que a libido vincula a ele continuam a serem evocados. Contudo, o indivíduo se confronta com a realidade de que o objeto já não existe mais, ao mesmo tempo em que o ego continua sob influência das satisfações narcísicas de estar vivo. Quando o desligamento finalmente se dá, o ego fica novamente desimpedido e livre para investir em novos objetos.

Kehl (1989) afirma que o luto é impedido de ser elaborado quando as representações daquilo que provocam dor foram banidas da consciência pelos mecanismos de defesa. Nisso, o que se dá é o esquecimento traumático, no qual a experiência fica congelada e a história passa a mobilizar medo dela mesma, pois carrega consigo ferimentos e frustrações com os quais o indivíduo não quer se deparar. O desejo e angústia ficam dissociados das significações, se repetindo como sintoma.

No luto vivenciado pelos adolescentes se manifestam ambivalências, que surgem em discursos que desvalorizam o abrigo e as experiências vividas ali dentro. São sentimentos hostis, agressivos ou de menos valia para com o lugar que mesmo estando presentes antes da imposição da saída, se intensificam quando chega esse momento. Eles ganham prevalência em relação às lembranças e sentimentos positivos, pois, em um primeiro momento, facilitam a perspectiva do distanciamento.

Porém, esse assunto, como tantos outros, corre o risco de se tornar um tabu dentro da instituição e assim ser silenciado. Esse às vezes é um fato que “é sabido, mas não é falado” (TINOCO, 2007:29). É frequente haver um processo silenciador ativo, não apenas sobre o processo de desinstitucionalização, mas também sobre as histórias passadas, principalmente quando essas estão associadas a sofrimentos e rupturas. São assuntos que se mantêm omitidos e em segredo, como se fosse um recurso para preservá-los e/ou protegê-los de alguma ameaça (BERNARDI, 2001; ARPINI, 2003).

Há um impasse entre a necessidade de uma escuta qualificada que respeite a individualidade e a capacidade das crianças e adolescentes em suportarem certos dados e narrativas e a necessidade de tratar temas dolorosos, como as diversas formas de violência a que foram submetidos. Isso marca as relações entre os adolescentes e os adultos, à medida que estes o fazem justamente por julgarem que eles não têm capacidade para lidar com certos sentimentos e situações. Assim, zonas cinzentas são criadas, mas o silêncio não impede que os acontecimentos ainda permeiem as relações, dificultando indagações, conversas e esclarecimentos e principalmente a elaboração do vivido.

Os espaços e oportunidades para a escuta e a conversa devem levar em consideração a capacidade de compreensão, os interesses presentes nos diferentes momentos do desenvolvimento, e o processo individual de apropriação da própria história, bem como a avaliação dos prejuízos e benefícios que determinada informação pode trazer. O contato interpessoal entre o profissional e o adolescente precisa ser revestido de cuidados éticos e técnicos para que ele não seja privado de informações importantes, assim como também não seja exposto a revitimizações, o que acontece quando a situação de dano é revivida e repetida através da constante exposição dos fatos sem o devido cuidado com as emoções envolvidas.

É preciso falar não só das vivências passadas, mas também das futuras. Dentre os inúmeros fatores que contribuem para a resistência à conversa está a falta de respostas acerca do que pode acontecer dali em diante. Falar disso é ter que defrontar cada um dos envolvidos com suas próprias incertezas. Tinoco (2007) identificou que os educadores e as equipes em geral estão envolvidos com a questão da saída, ainda que resistam a falar sobre. Eles podem se sentir identificados e paralisados ao perceberem que a função que determina a sua existência enquanto tal não será mais realizada, e que aquilo que era possível fazer pelos adolescentes, o cuidado e a segurança, não estará mais ao seu alcance. Ao mesmo tempo, eles também se mostram implicados na busca por soluções concretas acerca das demandas que se apresentam após o desacolhimento.

Discutir o assunto, mesmo que os adultos responsáveis não saibam dar todas as respostas, indica que a instituição, de um modo geral, está implicada e também se preocupa com o momento e que o adolescente não está sozinho na busca por soluções, o que de alguma forma já transmite alguma confiança e suporte.

Ao serem confrontados com o desligamento, antigas questões, afetos e lembranças relacionados às vivências anteriores, principalmente à família de origem, marcadas pelo desamparo tendem a ser reatualizadas, o que pode ser muito difícil para alguns deles. Entre o receio da ruptura que está por vir, a angústia e lembranças com a família de origem, os repetidos vínculos rompidos, o sentimento de desamparo tende a aumentar. São questões às vezes silenciadas por eles mesmos, pelo caráter traumático que carregam, mas também pela angústia provocada por terem que lidar com um futuro tão incerto quanto suas vidas foram em momentos passados.

Poder falar sobre as dificuldades do momento da saída é também poder expor os desejos, expectativas e receios sobre o futuro. No contato com o passado, às vezes aparentemente esquecido, também emergem fantasias que não são produtos arbitrários da imaginação, mas sim resquícios das lembranças infantis esquecidas, tecidas sobre os traços de memória da história vivida (SOUZA e COL, 2012).

Faz-se necessário elaborar as rupturas vividas para não repetir o padrão de abandono e vulnerabilidade que marcou suas histórias até então. O desejo de ter uma família pode significar não só a importância desse grupo propriamente dito e o desejo de reconstruir as experiências perdidas, mas principalmente a possibilidade

estabelecer vínculos estáveis e positivos com as pessoas ao seu entorno e de se sentir novamente pertencente a um lugar.

É comum o desejo de poder adquirir bens materiais e ter recursos financeiros, indicando a necessidade de alguma estabilidade (TINOCO, 2007; GONSALVES e GARCIA, 2007). Embora absorvam o discurso de que dinheiro não é tão importante, não o ter diminui consideravelmente as possibilidades de sobrevivência e os remete à falta de base e segurança implicadas na situação de desamparo social. Ainda que seja essencial elaborar as questões afetivas a fim de fortalecê-los e construir recursos subjetivos para enfrentar os impasses futuros, é também igualmente essencial pensar sobre as questões objetivas, a fim de que eles possam se organizar para garantir a sobrevivência. Ao saírem do abrigo, o ideal é que haja garantido ao menos moradia, emprego e alguma reserva financeira.

Narrativas dos jovens prestes a serem desinstitucionalizados expõem a fantasia de que as relações com o abrigo devem ser cortadas por completo como recurso para que seja possível seguir adiante (LEVY e JONATHAN, 2014). Isso reside na crença de que a manutenção de algum sentimento ou vínculo com a história passada pode impossibilitar a continuidade da vida. É como se as reações de pesar pelas perdas, antigas e atuais, fossem incompatíveis com a adaptação diante de novos contextos, e com a formação de novos vínculos e o investimento em novas experiências.

Freud, em *A Transitoriedade* ([1916], 2010), afirma que a exigência de imortalidade daquilo que tem valor para o indivíduo é um produto do seu desejo. Este, entretanto, não se impõe à realidade, pois os objetos continuam sendo efêmeros, independente da vontade humana. Imaginar ou pensar sobre sua transitoriedade pode antecipar o sofrimento pela sua perda. Como a psique recua instintivamente do que é doloroso, produz-se uma revolta contra o luto, pois o prazer despertado por determinado objeto fica prejudicado.

A limitação da existência dos objetos no tempo é justamente o que aumenta a sua preciosidade. A transitoriedade não deve perturbar a alegria proporcionada, assim como os objetos perdidos não devem perder seu valor mesmo após se mostrarem frágeis, pois este é determinado pelo seu significado para a vida emocional, ainda que seja marcado pela efemeridade. A renúncia ao que é precioso, porém, não durável, faz parte do estado de luto pela perda, e quando esse processo acaba a libido está livre para substituir os objetos perdidos por novos, tão ou mais

preciosos que aqueles. Tal compreensão pode servir para conter um pouco as angústias, principalmente quando chega o momento do desligamento, em que um trabalho de luto precisará ser realizado para que o adolescente possa seguir adiante com sua vida.

Integrar a história significa aprender com a experiência, que ao ser elaborada e refletida pode produzir modificações. O recalcado se mantém na repetição, só possibilitando que o esquecimento aconteça de fato com o que pode ser compreendido e incorporado ao novo modo de agir e pensar. Para recriar o novo, é preciso antes reincorporar o passado, tirá-lo de seu limbo defensivo e liberar a energia que estava ocupada com o esquecimento ativo da repressão (KEHL, 1989).

É necessário que o processo de desligamento possa oportunizar a possibilidade de despedida, preparando a todos os envolvidos, tanto os adolescentes quanto a equipe e seus colegas ainda acolhidos, para o afastamento gradativo. Faz-se importante criar a oportunidade para que todos possam conversar sobre os medos e inseguranças assim como as saudades que a despedida poderá gerar. Como essa é uma questão muito delicada e que mobiliza muitos afetos, a maioria das instituições de acolhimento (mais de 80% das que foram avaliadas pelo Conselho Nacional do Ministério Público) já procura viabilizar ações com este foco, como aponta o Relatório do CNMP (BRASIL, 2013). Contudo, o documento não relata detalhes e especificidades de tais ações.

5.2.

A IMPORTÂNCIA DE CONTAR SUA HISTÓRIA

Para que os adolescentes possam dar continuidade às suas trajetórias, a partir desse marco que é a saída do abrigo, é preciso não apenas todo o suporte e estrutura já expostos aqui, mas também a oportunidade de relatarem para alguém o que viveram até o momento. Vale relembrar que experiências como o abandono e rompimento dos vínculos não são necessariamente um problema para formação da identidade, pois o que importa é a possibilidade de significá-las ou simbolizá-las, mesmo com o caráter traumático que as acompanha.

Seligmann-Silva (2008) procura compreender a questão do trauma e a possibilidade de seu testemunho através da dimensão histórica, política e sociológica que ela carrega. Para o autor, em situações de catástrofes históricas, como genocídios, por exemplo, a memória do trauma é uma busca de compromisso entre a memória individual e o trabalho de reparação construído pela sociedade. Apesar de ter um olhar mais amplo sobre a questão, o autor propõe algumas reflexões pertinentes a esse trabalho, principalmente por estas procurarem caminhos para a (re)construção da relação entre o indivíduo que passou por situações de caráter traumático e as outras pessoas que integram a sociedade e com quem ele precisará interagir após a experiência.

Através de relatos de sobreviventes de catástrofes e de análises de outros autores como Primo Levi (1988), Dori Laub (1995), Hélène Piralian (2000), entre outros, o autor mostra que o testemunho se apresenta como condição de sobrevivência após situações radicais de violência, que muitas das vezes assumem o caráter de inverossimilhança para o próprio sobrevivente. A memória do trauma acaba por ser percebida como irreal, colocando em dúvida a realidade do próprio acontecimento. A imaginação se torna então um recurso para possibilitar o testemunho e um meio para a sua narração. Contudo, a simbolização do vivido nunca é integral, pois há algo da cena traumática que permanece incorporado no sobrevivente, restando um estranhamento do mundo. É esse estranhamento que demarca a irrealidade dos fatos, e o trabalho de simbolização se apresenta como tentativa de cobrir esse buraco.

A impossibilidade do testemunho se dá com a impossibilidade de se afastar da cena para relatá-la de forma lúcida e integra, pois, muitas vezes, o grau de violência contido nos acontecimentos se constitui como impeditivo desse afastamento. É preciso uma tarefa de construir o testemunho a posteriori, visto que para testemunhar é preciso certa distância do evento.

A situação testemunhal se dá no tempo presente. O tempo passado se faz presente, visto que o trauma é caracterizado pela memória de um passado que não passa. Poder simbolizar eventos traumáticos é também retemporalizá-los: ao colocá-los em um espaço simbólico, eles passam a ser compreendidos junto ao fluxo dos demais acontecimentos da vida. As repetições e metáforas da narrativa trabalham no sentido de dar uma nova dimensão aos fatos, e a recolocação do

acontecido nesse novo lugar possibilita a saída da posição de sobrevivente para que se possa voltar à vida.

Para Safra (2006), há determinadas situações em que não é possível a reparação propriamente dita, porém é possível a simbolização das experiências e objetos danificados através de novas experiências. Para que o narrador possa caminhar adiante e ter um novo posicionamento perante a vida, é preciso perdoar sua própria história, pois há nela um conflito, uma questão a ser superada.

A narrativa¹ contempla as facetas da existência humana. Ela guarda íntima relação com o ciclo de vida, pois inclui em si a origem, o caminho e o fim. A narrativa permite a resistência ao esquecimento, ao mesmo tempo em que assinala a morte do próprio narrador, visto que é preciso olhar a experiência como se sua vida já estivesse no fim, para ser possível recolher aquilo que de fato lhe foi significativo.

Walter Benjamin ([1936] 1987), por sua vez, também nos mostra que é no momento da morte, no final da vida, que o saber e a existência vividos do indivíduo assumem a forma do transmissível. Todos, mesmo um “pobre diabo” (BENJAMIN, [1936] 1987: 207), possuem uma autoridade digna de ser escutada, legitimada e reconhecida ao morrer. É na morte que se origina a autoridade, assim como esta é, por sua vez, derivada da morte.

O testemunho é um ato que tem implícito a dialogicidade, pois o que se dá é a necessidade de contar o fato a alguém. Mas para isso o sobrevivente depende também da vontade do outro de escutá-lo. Paradoxalmente, há uma barreira entre ele e os outros, o que o isola da vivência com os demais e dificulta o ato narrativo. Porém, é justamente esse ato que permite ultrapassar essa barreira, criando uma ponte que lhe possibilita sair do lugar da outridade, tornando a narrativa elementar e absolutamente necessária.

De acordo com Benjamin ([1936] 1987), narrar é intercambiar experiências, e a possibilidade de sua transmissão entre pessoas é a fonte dos narradores. A narrativa não pretende retirar algo de absoluto ou verdadeiro aos seus conteúdos, pois nela é impresso algo que é da marca do narrador, seus vestígios permanecem

¹Apesar de utilizarmos o termo narrativa, é preciso ressaltar que o campo conceitual e teórico utilizado aqui não é o da Psicologia Narrativa, que tem como foco, e entende como fundamental, o lugar da narrativa na organização da experiência humana. Nesta abordagem teórica a narrativa também está intimamente ligada as estruturas do sistema cultural, e organiza os significados compartilhados dentro desta.

nela. A partir do que conta, o narrador retira algo, seja de suas próprias experiências ou das que foram relatadas por outros, assim como os ouvintes incorporam algo para si desta narrativa. Mas para que se grave no ouvinte o que é narrado é preciso que ele se esqueça de si mesmo.

Safra (2006) concorda com Benjamin ao mostrar que narrar é compartilhar uma experiência, tornando-a presente. Mas para que a narrativa se concretize é preciso que haja também alguém que tenha presença e possa ser afetado por ela. A agonia inserida em uma história torna-se suportável quando é acompanhada do outro. Nesse encontro as dimensões fundamentais do ser humano são presentificadas, possibilitando acesso ao pertencer e à experiência de reconhecimento de si, tornando viável que sejam assinalados novos caminhos.

Nas modalidades de sofrimento atuais, verifica-se o anseio pelo encontro com o outro que lhe permita a oportunidade de pertencer, de comunicar e de conviver, um outro-raiz. A experiência e a narrativa demandam que o sujeito esteja enraizado em uma comunidade. O desenraizamento impede a sustentação e o reconhecimento pela comunidade, assim como sua experimentação e narrativa.

Benjamin ([1936] 1987) afirma que os soldados que voltavam para a casa após a Primeira Guerra Mundial se mostravam pobres quanto aos recursos pessoais para comunicarem suas experiências. Havia livros que relatavam os acontecimentos, mas não eram vivências transmissíveis oralmente. Isso porque as guerras, assim, como a pobreza econômica, a fome e a desmoralização dos governantes, tornavam tais experiências “radicais e desmoralizadas”. O autor entende isso como uma pobreza de experiência que ultrapassa a ordem do privado e atinge a humanidade como um todo, o que para o autor é uma nova forma de barbárie. Contudo, o autor vê algo de positivo nisso, pois é o que pode impelir os homens a construir e começar de novo. É um impulso que obedece a uma necessidade interna, mas que não corresponde à interioridade. Assim, haveria algo na modernidade que estaria a serviço da transformação da realidade.

A partir das reflexões de Benjamin, Lo Bianco e cols. (2010) mostram que na narrativa tradicional, anterior ao romance e à informação jornalística, o ato de contar era o que garantia a continuidade de uma experiência comum que podia ser transmitida entre gerações. Há, na narrativa, algo que resiste à significação, mas que ao mesmo tempo é conservado e resguardado, se inserindo na cadeia de transmissão e garantindo com isso a tradição. São pontos que caem do que é

narrado, mas que compõem justamente aquilo que é compartilhado. É a partir desses rastros que se forja a tradição, pois a palavra narrada, ao ser escutada, permite a sua permanência. Na transmissão da experiência através da narrativa era estabelecida uma cadeia que marcava os lugares. O que acontecia era a assimilação daquilo que era ouvido à própria experiência de quem escutava, e não a explicação sobre determinado tema.

A narrativa analítica guarda algumas semelhanças com a narrativa tradicional, visto que ambas se dão através da fala oral e não se constituem como um discurso explicativo. Contudo, ela não se apresenta como um retorno ao modelo anterior apresentado por Benjamim, mas sim permite a construção do romance sobre os pais enaltecidos através daquilo que dela resta. Torna-se possível ao eu individual encontrar seu lugar enquanto sujeito, já que isto não é mais possível através da experiência compartilhada.

Em *Recordar, repetir e elaborar* ([1914] 2010), Freud revela que é a partir da fala, estimulada pela transferência, que se rompe com as barreiras da repressão, abrindo a possibilidade de sair da repetição sintomática da história. Isso se constrói através da principal técnica psicanalítica, que consiste na tarefa de descobrir, a partir de pensamentos espontâneos que são verbalizados pelo indivíduo, o que este não consegue recordar. Para isso, o analista se utiliza da interpretação a fim de reconhecer e contornar as resistências e torná-las consciente para o analisando. Sendo dominadas, este pode relatar as situações e nexos esquecidos, preenchendo as lacunas da recordação.

São diversas as possibilidades de configurações das lembranças e esquecimentos. No entanto, existem determinados conteúdos esquecidos e reprimidos que de alguma forma já haviam se manifestado no paciente através dos sintomas ou traços patológicos de caráter, e que, a princípio, não são passíveis de serem lembrados através da fala, se manifestando através das atuações do analisando. Sua reprodução se dá como atos e não como lembranças, sendo repetidos através do comportamento, tanto no contexto analítico, quanto no cotidiano, sem o paciente ao menos soubesse o que estava fazendo. Este se submete a uma compulsão à repetição que substitui o impulso de recordar. O atuar é proporcional à intensidade da resistência, visto que a recordação do que foi esquecido corresponde ao total afastamento de suas manifestações motoras.

É preciso tempo para que o indivíduo elabore e supere as resistências, e mesmo com elas ainda presentes o trabalho deve prosseguir conforme a regra fundamental exposta acima. Os sintomas levam tempo para serem reconduzidos ao tempo passado, e durante o trabalho terapêutico muitas vezes eles continuam se manifestando como questões atuais. Nesse processo, o que é visado é a reconciliação com o reprimido que se manifesta nos sintomas.

É preciso ter claro que a transmissão da história se dá não só através daquilo que é dito, mas também através do não dito. Este, muitas das vezes, implica naquilo que do passado pode ser demasiado penoso, e por isso leva a crer que deva ser apagado e esquecido para que seja possível construir um futuro que independa dele. Apesar disso, relatar as experiências, por mais dolorosas que sejam, propicia a criação de novas cenas. Não se trata de tomar a história através de uma sequência de datas e fatos, mas de compreender que eles existem enquanto trama de sentidos. O não dito é justamente o que permite que novos sentidos possam ser produzidos, pois é na sua falta e na exigência de seu preenchimento que se constrói o que será a história de cada um (Rosa, 2001).

Souza e col. (2012), ao falarem sobre a importância de crianças e adolescentes acolhidos institucionalmente contarem e escutarem sobre sua própria história, ressaltam que a construção de uma relação respeitosa entre o adolescente e os adultos que o cercam implica não apenas em escutar o que é dito. Se faz imprescindível também a compreensão sobre o que pode ser metabolizado e o que está na ordem do intolerável, precisando ser negado ou esquecido, ao menos naquele momento. Dessa forma, escuta e respeito são dois elementos intrínsecos que se constroem em uma via de mão dupla: escutar o adolescente implica em respeitar e estar atento às suas sinalizações acerca do que ele deseja ou pode fazer com sua própria história.

Ainda que tenham direito às informações sobre seu contexto e história familiar e sobre as decisões processuais que determinaram sua vida até então, o modo de contá-las ou permitir que eles mesmos relatem tais histórias assume um caráter violento se elas são tomadas de forma literal e apresentadas de forma crua, sem mediações e sem considerar os diversos significados do que é produzido nas narrativas. Há um equívoco que se estabelece quando a resposta dos adultos desconsidera os sentidos atribuídos pelo adolescente sobre sua própria história. Esta acaba por ser formulada tendo em consideração somente os fatos objetivos, como

se eventos e dados não pudessem ser questionados, pois, a eles é conferido o valor de “verdade”. É uma suposta objetividade estabelecida sobre questões que muitas vezes os adolescentes ainda não tiveram tempo de formular, e com a imposição de seu atributo ao há para ser dito dá-se o fechamento às possibilidades de tecer sentidos para a história vivida.

O apego a uma suposta verdade pode ser destrutivo, pois esta nunca será dita integralmente, uma vez que não há enunciado que porte o saber completo sobre ela. A realidade a ser conhecida não é definitiva e gera consigo curiosidade e desejo. Um dos atributos da “verdade” é a questionabilidade, pois com ela é suposto o engano, visto que é sempre possível que ela seja abandonada, permitindo o percurso de um caminho de verificabilidade contínua.

Ao se escutar uma narrativa não é preciso se preocupar em reconstruir a “história verdadeira”. Essa é fruto da memória de quem a conta, atravessada pelo conjunto das experiências passadas, pelo momento presente e pelas formas de apresentá-la e interpretá-la (CARRETEIRO, 2013). O processo de narrativa confere ao jovem a oportunidade de criar a trajetória não apenas do que foi vivido no passado, mas também do que possa ser vivido dali em diante. Se apoiar em uma história de origem facilita o processo de construção da identidade, pois ao serem escutados são também elevados à condição de sujeitos.

Com relação a isso, Altoé (2010), mostra que para que uma história diferente possa ser construída, o desejo do adolescente precisa ser reconhecido. O que costuma determinar suas entradas no circuito institucional é atravessado por um julgamento de valor que, supostamente visando ao seu bem, decide sobre o que será bom ou não para ele. Pensa-se por e para essa pessoa, sem que haja margem para o imprevisto e para o surgimento do desejo. É preciso que o processo de educação deixe lugar para esse desejo e permita um espaço de invenção permanente.

Rossetti-Ferreira, e cols. (2010) nos lembram sobre a necessidade de compreender cada caso em sua particularidade sem, entretanto, descontextualizá-lo da situação social em que se encontra, visto cada indivíduo ser a expressão de uma específica situação social. Para isso, é preciso o entendimento de que o sujeito participa de um sistema mais amplo, que envolve sua história familiar e comunitária. Deve-se considerar que esses adolescentes costumam circular de um contexto ao outro, quase sempre submetidos às decisões dos adultos e, muitas vezes, sem serem informados sobre as providências que são tomadas e lhes dizem respeito.

Para que sejam tratados como sujeitos ativos e detentores de direitos é preciso que sejam ouvidos.

Quanto a isso, Winnicott ([1962] 1983) comenta que a palavra infante significa “sem fala”, e que os primeiros momentos da vida são pensados como aquele anterior ao uso das palavras como símbolos. Dessa forma, dar voz aos adolescentes é permitir que eles possam de fato se colocar como seres autônomos e capazes de caminhar rumo a independência.

A própria legislação, Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes (Brasil, 2009), ressalta que os serviços de acolhimento têm como função promover o fortalecimento da autonomia, sendo um dos meios para tal a escuta e do respeito à fala e ao direito de estar ciente sobre as decisões que determinarão a sua trajetória, assim como ter acesso a informações pertinentes, como situação familiar e motivo do acolhimento.

Tais reflexões remetem aqui a necessidade de o adolescente narrar sobre suas experiências, anteriores e durante o acolhimento, justamente no momento do desligamento, quando lhe é possível olhar para o passado já com certo distanciamento, visto que é um momento também marcado pela expectativa do futuro. Tal distanciamento também é sustentado a partir dessa “morte” simbólica com relação ao seu lugar na instituição, que marcava não só o seu posicionamento enquanto sujeito a ser cuidado por ela, mas também o seu lugar como criança/adolescente diante da sociedade. A partir do desligamento, o jovem estará inserido no mundo por meio de outra posição, não mais estando sob a proteção da lei e da instituição, o que atravessará também suas novas relações sociais.

A oportunidade de contar sua história a alguém que o escute permite a construção de uma linha narrativa e de continuidade. A conversa implica que o adolescente também seja um interlocutor que esteja participando de uma relação dialógica, na qual pode se colocar e construir em conjunto o percurso da conversa. Ao ser escutado, ele se engaja na conversação e tem sua narrativa estimulada, de modo a poder refletir.

Apesar do sentimento de desamparo que possa ser mobilizado, o adolescente ganha uma autoridade sobre sua própria história através de sua narrativa. Com isso há também a possibilidade de criação do novo e de reconstrução de novas trajetórias, e não da repetição sintomática da história passada, de uma cadeia de fatos e acontecimentos marcados pela precariedade, violência e abandono.

Através da fala, eles podem não apenas compreender suas inseguranças quanto ao futuro, mas também olhar de um novo modo a sua própria história, a fim de reconstruí-la, mesmo que tenha marcas dolorosas. As experiências de acolhimento institucional precisam ser relatadas e refletidas para que possam ganhar significado, visto que o passado, por mais difícil que seja, é o que integra a história do indivíduo até aquele dado momento. Ela precisa ser respeitada e tratada de modo sensível. Ademais, ter consciência do que sentem e pensam e avaliar os efeitos de suas vivências contribui para a construção de saídas alternativas.

6.

CONSIDERAÇÕES FINAIS:

Este trabalho buscou compreender as principais angústias e questões mobilizadas nos adolescentes durante o processo de saída da instituição de acolhimento em função da maioridade.

Até então ocupando o lugar de adolescentes e de sujeitos em desenvolvimento diante da instituição e da sociedade em geral, ao serem desacolhidos necessitarão assumir o lugar de adultos. No entanto, não contarão mais com o apoio contínuo do serviço de acolhimento, nem poderão recorrer a outras instâncias, visto que os vínculos familiares se tornaram frágeis ou não mais existem com o passar do tempo. As políticas públicas e o aparato estatal, de um modo geral, são extremamente precários e pouco lhes garantem a efetivação de seus direitos enquanto cidadãos adultos. Com isso, se intensifica o risco do retorno à condição vulnerabilidade e marginalidade, como envolvimento com o tráfico e grupos ilícitos, subemprego, vivência de rua, e entre outros.

Dessa forma, se manifestam inseguranças e desejos com relação ao futuro e às novas responsabilidades e demandas implicadas. Eles temem a marginalidade e o risco social, assim como esperam poder realizar expectativas profissionais, dar continuidade à escolarização, e principalmente, formar suas próprias famílias, reconstruindo experiências perdidas ou não vividas. Também é mobilizado o luto pelas perdas e rupturas anteriores, principalmente com a família de origem, mas também pelo novo rompimento de vínculos, desta vez, com a instituição.

As significações e sentimentos com relação ao espaço institucional são diversos e por vezes contraditórios e ambivalentes. O lugar representa para os adolescentes proteção e acolhimento, lhes permitindo o sentimento de pertencimento. Na maioria dos casos, é dentro da instituição que eles têm, pela primeira vez, as experiências do cuidado e de estarem em um meio seguro e estável. Essas são construídas em um ambiente que permite o sentimento de continuidade e proporciona a construção de vínculos e relações saudáveis, servindo como um lugar de referência e apoio onde poderão se estruturar. Experiências e relações saudáveis e positivas podem ser reparadoras e permitir a elaboração das questões mobilizadas pela história pessoal. Com a segurança e sentimento de pertencimento oferecidos,

eles se tornam mais preparados para enfrentar o “mundo lá fora” sem o apoio direto e objetivo da entidade e seus funcionários.

Ao mesmo tempo, a instituição também os remete ao abandono e rompimento dos laços anteriores e as relações construídas nem sempre são positivas e saudáveis, pois também são atravessadas por resistências e dificuldades dos próprios adolescentes, assim como dos educadores e das equipes. Seu papel enquanto provedora de cuidado não é construído sem impasses decorrentes de ambos os lados: os adolescentes e a própria instituição.

Os primeiros, muitas das vezes, são resistentes a se vincularem ao local e às pessoas que lá estão, pois carregam em suas histórias as marcas das perdas e violências passadas. Em virtude de terem vivido seus primeiros anos de vida em ambientes precários ou instáveis, *desajustados*, segundo Winnicott, podem ter pouca confiança no meio e nos adultos ao seu redor. Acrescido a isso, quando começam a ganhar alguma confiança, testam e provocam o meio a fim de se certificarem de que o abandono não se repetirá, o que acarreta inúmeros conflitos.

É importante lembrar que a lógica que repercute nas práticas institucionais não se altera apenas a partir de novas normativas jurídicas, ainda que as estruturas das entidades de acolhimento estejam aos poucos se tornando mais adequadas aos padrões previstos. De acordo com o que vimos, o acolhimento institucional no Brasil foi historicamente construído e estabelecido. Acompanhando as mudanças políticas e sociais, nacionais e internacionais, os arcabouços legais acerca dessa questão foram sendo alterados a fim de provocar avanços necessários nas políticas de atendimento às crianças e adolescentes. Atualmente, procura-se evitar a separação familiar, e, quando necessária, procura-se minimizar seus efeitos, propondo práticas menos coercitivas, paternalistas e estigmatizadas, e mais acolhedoras e empoderadoras, reconhecendo o público atendido enquanto sujeito de direitos.

Mesmo assim, por parte da instituição, há o risco de que não seja tão acolhedora quando a legislação e abordagens teóricas propõem. Isso acontece quando há rotinas massificadoras, que não consideram as subjetividades dos adolescentes atendidos, regras rígidas e autoritárias que eliminam a possibilidade de escuta e de lhes dar voz, e de ações que os abordem a partida da ordem da falta, da carência e do desvio. São intervenções que, além de perpetuar o sentimento de abandono, dificultam a aquisição da autonomia necessária. Vale lembrar que

acolhimento e incentivo à autonomia não significam falta de regras ou de organização mínima, mas o equilíbrio entre a justiça e a severidade, possibilidade de fala e de questionamento e a presença de adultos que sustentem a posição de autoridade, responsabilidade e cuidado.

Apesar de todos os conflitos e embates existentes, espera-se que, nesse momento, seja possível que os adolescentes reconheçam para si mesmos a importância e valor da instituição, e que possam se despedir, considerando o lugar enquanto referência. A inclusão no Projeto Político-Pedagógico de cada unidade a possibilidade de poder manter contato com o local, com os antigos cuidadores, equipe e crianças que permaneceram na entidade, manteria a noção de referência.

Faz-se necessário a oportunidade de elaborar os lutos e perdas, assim como falar e trabalhar as expectativas, desejos, inseguranças e receios quanto às futuras experiências. Também se faz relevante que os adolescentes possam falar sobre a própria experiência do acolhimento e os sentimentos e lembranças sobre os momentos vividos no local. São histórias que costumam ser atravessadas pela violência, vulnerabilidade social e descontinuidades, e deixam marcas que, mesmo não sendo externalizadas, se atualizam e se presentificam durante e depois do período de acolhimento.

Verifica-se a relevância da construção de espaços onde eles possam contar sua própria história a alguém que esteja disponível para a escuta. A narrativa se apresenta como recurso para a apropriação de suas experiências, o que possibilita o desenvolvimento da autonomia e abre caminho para um novo olhar sobre elas. Não é garantia de relações saudáveis e inserção social adequada, principalmente diante dos inúmeros impasses que a sociedade lhes colocará, mas é a possibilidade do empoderamento.

Ainda que suas histórias sejam dolorosas, não é preciso ficar preso a elas, em visões negativizadas e desqualificadas sobre si mesmo. Independente das dores e marcas que carreguem, contá-las a alguém e se apoderar do que é narrado permite recolocá-las, e a si mesmos, em um novo lugar. A história pode ser reposicionada através de um novo valor simbólico, passa a representar algo construtivo e importante. É a partir desse novo lugar que o indivíduo pode reconstruí-la dali em diante, rompendo com os lugares estigmatizantes e assumindo uma nova posição de valor e de reconhecimento de si mesmo.

7. Referências bibliográficas

ABRAMOVAY, M.; CASTRO, M. G.; PINHEIRO, L. C. e cols. **Juventude, violência e vulnerabilidade social na América Latina: desafios para políticas públicas**. Brasília: UNESCO, BID, 2002.

AIRES, L.S.M.; COUTINHO, A.P.C.; SÁ, D.A. e cols. **Abrigos e desabrigados: construções e desconstruções de um estigma**. Estudos e pesquisas em Psicologia, Rio de Janeiro, ano 10, n. 2, p. 420-433, 2010.

ALTOÉ, S. A psicanálise pode ter algum interesse no trabalho institucional com crianças e adolescente? Em: ALTOÉ, S. (org.). **Sujeito do direito, sujeito do desejo: direito e psicanálise**. Rio de Janeiro: Revinter, 2010.

ALTOÉ, S.; SILVA, M.; PINHEIRO, B, S. A inconstância dos laços afetivos na vida das crianças e adolescentes abrigados. **Revista Psicologia e Política**, São Paulo, v. 11, n. 21, jun. 2011.

ARIÉS, P. **História social da infância e da família**. São Paulo: LCT, 1981.

ARPINI, D. M. Repensando a perspectiva institucional e a intervenção em abrigos para crianças e adolescentes. **Psicologia: Ciência e Profissão**, Brasília, v. 23, n. 1, mar. 2003.

BECKER, A. L. Adolescência e abrigagem: tentativa de parentalidade no contexto público. **Clínica da adolescência**, Porto Alegre, ano X, n. 23, dez. 2002.

BERNARDI, D.C.F. Abrigos: para quem? In: BERNARDI, D.C.F. (org.). **Cada caso é um caso: a voz de crianças e adolescentes em situação de abrigamento**. São Paulo: Associação Fazendo História: NECA – Associação dos Pesquisadores de Núcleos de Estudos e Pesquisas sobre a Criança e o Adolescente, 2010. (Coleção Abrigos em Movimento).

BOWLBY, J. Autoconfiança e algumas condições que a promovem. (1970/73). **Formação e rompimento dos laços afetivos**. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

BOWLBY, J. Efeitos sobre o comportamento do rompimento de um vínculo afetivo (1967/68). **Formação e rompimento dos laços afetivos**. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

BOWLBY, J. Formação e rompimento de vínculos afetivos. (1976/77). **Formação e rompimento dos laços afetivos**. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

- BOWLBY, J. Psicanálise e cuidados com a criança (1956/58). **Formação e rompimento dos laços afetivos**. São Paulo: Martins Fontes, 2006.
- BRASIL. Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA). Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS). **Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes**, 2009.
- BRASIL. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990**. Estatuto da Criança e do Adolescente. Brasília: Diário Oficial da União, 1990.
- BRASIL. **Lei nº 10.097, de 19 de dezembro de 2000**. Altera dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943. Brasília, D.F.: Diário Oficial da União, 2000.
- BRASIL. **Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013**. Estatuto da Juventude. Brasília: Diário Oficial da União, 2013.
- BRASILESCOLA. **O golpe militar**. Disponível em: <<http://brasilescola.uol.com.br/historiab/golpe-militar.htm>> Acesso em 21/05/16.
- CALLIGARIS, C. **A adolescência**. São Paulo: Publifolha, 2000.
- CARRETEIRO, T.C.O. Telescopiação geracional: entre aspectos familiares, políticos, históricos e fronteiriços. In: Féres-Carneiro, T. (org.). **Casal e família: transmissão, conflito e violência**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2013.
- CARVALHO, A. M. A.; BASTOS, A.C.S.B.; RABINOVICH, E. P. e cols. Vínculos e redes sociais em contextos familiares e institucionais: uma reflexão conceitual. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 11, n. 3, p. 589-598, set./dez. 2006.
- CASTRO, M, G.; ABRAMOVAY, M. **Por um novo paradigma do fazer políticas – políticas de/para/com juventudes**. Unesco, 2004.
- CECCARELLI, P, R. Laço social: uma ilusão frente ao desamparo. **Reverso**, Belo Horizonte, ano 31, n. 58, p. 33-42, set. 2009.
- CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO (CNMP). **Relatório da Infância e Juventude – Resolução nº 71/2011: Um olhar mais atento aos serviços de acolhimento de crianças e adolescentes no País**. Brasília: Conselho Nacional do Ministério Público, 2013.
- CONSTANTINO, P.; ASSIS, S. G.; MESQUITA, V. S. F. Crianças, adolescentes e famílias em SAI (capítulo 5). In: ASSIS, S.G.; FARIAS, L. O. P. (org.). **Levantamento nacional das crianças e adolescentes em serviço de Acolhimento**. São Paulo: Hucitec, 2013.

- CORREIO24HORAS. **O desafio de quem passou a infância em abrigos sem ser adotado.** Disponível em: <<http://www.correio24horas.com.br/detalhe/noticia/o-desafio-de-quem-passou-a-infancia-em-abrigos-sem-ser-adotado/?cHash=fa01bbf030deab1dbb32cc5801c2baf3>>. Acesso em: 16 fev. 2016.
- DICACCIA, A. A criança e a instituição. In: ALTOÉ, S.; LIMA, M. M. (org.). **Psicanálise, clínica e instituição.** Rio de Janeiro: Rio Ambiciosos, 2005.
- FIGUEIREDO, L.C. A metapsicologia do cuidado. **Psychê**, São Paulo, ano XI, n. 2, p. 13-30, 2007.
- FREUD, S. A transitoriedade (1916). In: **Introdução ao narcisismo, ensaios de metapsicologia e outros textos (1914-1916).** São Paulo: Companhia das Letras, 2010. (Obras completas, v. 12)
- FREUD, S. Luto e melancolia (1917 [1915]). In: **Introdução ao narcisismo, ensaios de metapsicologia e outros textos (1914-1916).** São Paulo: Companhia das Letras, 2010. (Obras completas, v. 12)
- FREUD, S. Recordar, repetir e elaborar (1914). In: **Observações psicanalíticas sobre um caso de paranoia relatado em autobiografia (“o caso Schereber”), artigos sobre técnica e outros textos (1911-1913).** São Paulo: Companhia das Letras, 2010. (Obras completas, v. 10)
- FREUD, S. **Romances familiares** (1909 [1908]). São Paulo: Imago, (s/d).
- G1. **República é alternativa para jovem que faz 18 anos sem conseguir adoção.** Disponível em: <<http://g1.globo.com/brasil/noticia/2010/05/republica-e-alternativa-para-jovem-que-faz-18-anos-sem-conseguir-adocao.html>>. Acesso em: 28 jan. 2016.
- GONSALVES, H. S.; GARCIA, J. Juventude e sistema de direitos no Brasil. **Psicologia: Ciência e Profissão**, Brasília, v. 27, n. 3, set. 2007.
- GONSALVES, H.S. Juventude brasileira, entre a tradição e a modernidade. **Tempo Social.** Revista de sociologia da USP, v. 17, n. 2, p. 207-219, nov. 2005.
- GUIRADO, M. **Instituição e relações afetivas: o vínculo com o abandono.** São Paulo: Summus, 1986.
- KEHL, M. R. A razão depois da queda (utopias e psicanálise). In: H. R. Fernandes (org.). **Tempo do desejo.** São Paulo: Brasiliense, 1989.
- KELH, M. R. Lugares do feminino e masculino na família. In: COMPARATO, M. C. M.; MONTEIRO, D. S. F. **A criança na contemporaneidade e na psicanálise.**

São Paulo: Casa do Psicólogo, 2001. v. 1. Família e sociedade: diálogos interdisciplinares.

LAHALLE. O Direito dos Menores e sua evolução face às regras internacionais. In: ALTOÉ, S. (org.). **Sujeito do direito, sujeito do desejo: direito e psicanálise**. Rio de Janeiro: Revinter, 2010.

LEGEDRE. O poder genealógico do Estado. In: ALTOÉ, S. (org.). **Sujeito do direito, sujeito do desejo: direito e psicanálise**. Rio de Janeiro: Revinter, 2010.

LÉMERE. Sujeito do direito, sujeito do desejo. In: ALTOÉ, S. (org.). **Sujeito do direito, sujeito do desejo: direito e psicanálise**. Rio de Janeiro: Revinter, 2010.

LEVY, L.; JONATHAN, E. G. Ser adolescente em uma instituição de acolhimento: análise de narrativas. **Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Psicologia (ANPEPP)**. Rio de Janeiro, 2014.

LO BIANCO, A.; COSTA-MOURA, F.; SOLBERG, M. C. A psicanálise e as narrativas modernas – a transmissão em questão. **Psicologia Clínica**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 2, p. 17- 25, 2010.

MAIA, C. M.; GERMANO, I. M. P.; MOURA JUNIOR, J. F. **Um diálogo sobre o conceito de self entre a Abordagem Centrada na Pessoa e a Psicologia Narrativa**. Revista do Nufen, Ceará, Ano 01, V. 01, Nº. 02. 2009.

MARTINEZ, A.L.M.; SILVA, A.P.S. O momento da saída do abrigo por causa da maioria: a voz dos adolescentes. **Psicologia em Revista**, Belo Horizonte, v. 14, n. 2, p. 113-132, dez. 2008.

MOTA, C. P. MATOS, P. M. Adolescência e institucionalização numa perspectiva de vinculação. **Psicologia & Sociedade**, Portugal, v. 20, n. 3, p. 367-377, 2008.

OLIVEIRA, A. P. G. O ambiente de abrigo como holding para adolescentes. **1º Congresso Internacional de Pedagogia Social**, Anais. Mar. 2006.

OLIVEIRA, A. P. G.; SAPIRO, C. M. Políticas públicas para adolescentes em vulnerabilidade social: abrigo e provisoriedade. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 227, n. 4, p. 622-635, 2007.

OLIVEIRA, D.O.F.; TERZIS, A. Vínculo e instituição: desenvolvimentos teóricos no campo da psicanálise. **XIV Encontro de Iniciação Científica da PUC-Campinas** - 29 e 30 de setembro de 2009. Anais. ISSN 1982-0178.

PICHON-RIVIÈRE, E. **Teoria do vínculo** (1980). São Paulo: Martins Fontes, 2007.

PLASTINO, C.A. A dimensão constitutiva do cuidar. In: MAIA, M.S. (org.). **Por uma ética do cuidado**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

PRONATEC2015. Disponível em: <<http://www.pronatec2015.com/o-que-e-o-jovem-aprendiz/>>. Acesso em: 28 jan. 2016.

ROSA, M, D. O não-dito familiar e a transmissão da história. **Psychê**, São Paulo, v. 5, n. 8, p. 123-137, jul.-dez. 2001.

ROSSETTI-FERREIRA, M.C.; SÓLON, L.A.G.; ALMEIDA, I.G. A delicada arte da conversa e da escuta. In: BERNARDI, D.C.F. (org.). **Cada caso é um caso: a voz de crianças e adolescentes em situação de abrigo**. São Paulo: Associação Fazendo História: NECA – Associação dos Pesquisadores de Núcleos de Estudos e Pesquisas sobre a Criança e o Adolescente, 2010. (Coleção Abrigos em Movimento)

ROSSI, A. PASSOS, E. Análise Institucional: revisão conceitual e nuances da pesquisa-intervenção no Brasil. **Revista EPOS**, Rio de Janeiro, vol.5, nº 1, pág. 156-181. 2014.

ROUSSILLON, R. The primitive agony and its symbolization. In: Roussillon. **Primitive agony and symbolization**. Karnac Books, 2011.

ROUSSILLON, R. Um paradoxo da representação: o meio maleável e a pulsão de dominação. Capítulo 7. In: ROUSSILLON, R. **Paradoxos e situações limites da psicanálise (1991)**. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2006.

SAFRA, G. O narrar. In: SAFRA, G. **Desvelando a memória do humano**. São Paulo: Sobornost, 2006.

SANTOS, E.P.S. (Des)construindo a minoridade: uma análise crítica sobre o papel da Psicologia na produção categoria menor. In: GONSALVES, H. S.; BRANDÃO, E. (org.). **Psicologia Jurídica no Brasil**. Rio de Janeiro: NAU Editora, 2004.

SIGNIFICADOS. **Significado de Golpe de Estado. O que é Golpe de Estado**. Disponível em: <<http://www.significados.com.br/golpe-de-estado>> Acesso em 21/05/16.

SILVA, M. E. S. **Acolhimento institucional: a maioria e o desligamento**. Dissertação (Mestrado), Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Pós-Graduação em Psicologia. Natal, 2010.

SIQUEIRA, A. C. **Instituições de abrigo, família e redes de apoio social e afetivo em transições ecológicas na adolescência**. Monografia. Universidade Federal do

Rio Grande do Sul. Instituto de Psicologia. Curso de pós-graduação em Psicologia. Rio Grande do Sul, março, 2006.

SIQUEIRA, A. C.; MASSIGNAN, L. T.; DELL'AGLIO, D. D. Reinserção familiar de adolescentes: processos malsucedidos. **Padéia**, v. 21, n. 50, p. 383-391, set.-dez. 2011.

SOARES, J.C.R.S.; CAMARGO JUNIOR, K.R. A autonomia do paciente no processo terapêutico como valor para a saúde. **Interface – Comunicação, saúde e educação**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 21, p. 65-78, jan.-abr. 2007.

SOARES, S.M.G. **Família – abrigo - rua: construção de significados dos adolescentes nas passagens por contextos de desenvolvimento**. Dissertação (Mestrado), Universidade Federal de Pernambuco. Departamento de Psicologia. Programa de Pós-Graduação de Psicologia. Recife, 2012.

SOUZA, C. A.; SEGUIM, A. B.; LEVISKY, F. B. e cols. O direito de construir a própria história: contribuições psicanalíticas na clínica e no abrigo. **Instituto Sedes Sapientiae**. São Paulo, 2012.

TINOCO, V. **O luto em instituições de abrigamento: um desafio para cuidadores temporários**. Dissertação (Mestrado), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2007.

TORRES, C. A.; PAULA, P. H. A.; FERREIRA, A. G. e cols. Adolescência e trabalho: significados, dificuldades e repercussões na saúde. **Interface: comunicação, saúde e educação**, Ceará, v. 14, n. 35, p. 839-850, out.-dez. 2010.

WINNICOTT, D. A adolescência (1961). In: WINNICOTT, D. **A família e o desenvolvimento do indivíduo**. Belo Horizonte: Interlivros, 1965.

WINNICOTT, D. A tendência anti-social (1956). In: WINNICOTT, D. **Privação e delinquência**. São Paulo: Martins Fontes, 1987.

WINNICOTT, D. Da dependência à independência do indivíduo (1963). In: WINNICOTT, D. **O ambiente e os processos de maturação**. Porto Alegre: Artmed, 1983.

WINNICOTT, D. Teoria do relacionamento paterno-infantil (1956). In: WINNICOTT, D. **O ambiente e os processos de maturação**. Porto Alegre: Artmed, 1983.